

**XVII JORNADA DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA
CADERNO DE RESUMOS**

**PIBIC - CNPq - FUNDAJ
4 e 5 de novembro de 2021**



FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
DIRETORIA DE PESQUISAS SOCIAIS

XVII JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

CADERNO DE RESUMOS





FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Antonio Ricardo Accioly Campos
Presidência

Luís Henrique Romani de Campos
Diretoria de Pesquisas Sociais

Mario Hélio Gomes de Lima
Diretoria de Memória, Educação, Cultura e Arte

Wagner Augusto de Godoy Maciel
Diretoria de Formação Profissional e Inovação

Wilson Fusco
Coordenação do Programa de Iniciação Científica

Allan Rodrigo Arantes Monteiro
Ana de Fátima P. Sousa Abranches
Cristine Vieira do Bonfim
Darcilene Cláudio Gomes
Hérrisson Fábio de Oliveira Dutra
Viviane Toraci Alonso de Andrade
Comitê Institucional do PIBIC/Fundaj

Ane Caroline Ferreira da Silva
Auxiliar administrativa do Programa de Iniciação Científica

XVII Jornada de Iniciação Científica da Fundação Joaquim Nabuco (04 e 05 de novembro de 2021, Recife, Pernambuco, Brasil).

Caderno de Resumos da XVII Jornada de Iniciação Científica. Recife, FUNDAJ, 2021.

119 p.

ISSN: 2447-4975

Sumário

	Página
Apresentação	6
Programação da XVII Jornada de Iniciação Científica	7
01 Educação do Ensino Médio em Pernambuco no contexto da Covid-19: normativas e os protocolos instituídos	11
02 A Educação no Brasil no contexto da Gripe Espanhola: o que consta na imprensa	16
03 O ensino médio na rede pública de Pernambuco: diferenciações em debate	21
04 Uma análise das condições de oferta do ensino médio da Paraíba	26
05 A influência da nova gestão pública nas políticas de educação em Pernambuco: um olhar sobre os indicadores educacionais	31
06 Impactos da reforma trabalhista e da pandemia do novo coronavírus no ensino básico privado: análise das movimentações contratuais no Nordeste	36
07 Efeitos do envolvimento familiar na vida escolar do aluno sobre resultados educacionais em escolas públicas do Recife	41
08 Impactos da merenda escolar sobre o desempenho acadêmicos de alunos de escolas públicas do Recife	46
09 A Educação nos municípios do Nordeste: padrões e tendências	52
10 A regulação do ensino superior: um estudo de direito comparado Brasil, União Europeia e Estados Unidos	57
11 Os hotéis e pousadas e a contaminação por petróleo das praias do Nordeste	62
12 Petróleo na costa nordestina: impactos aos pescadores e pescadoras artesanais e outros atores sociais	67
13 Debates na Câmara, escritos na imprensa: as elites políticas no pós-abolição e o pensamento racial	72
14 Uma história sobre a tortura a partir da legislação brasileira	78
15 Debaixo da pele: representações do corpo em propostas legislativas do Parlamento Brasileiro	83
16 A doação de sangue por parte de gays, HSH e travestis nas proposições legislativas brasileiras	88
17 Migração de brasileiros para a União Europeia: estratégias de inserção social	93
18 Programas de retorno às aulas e formação docente: quais as condições de trabalho na educação infantil nos municípios de Pernambuco, em tempos de pandemia?	98
19 Protocolos para a Educação Básica em tempos de pandemia e a especificidade da Educação Infantil	103
20 Pandemia da Covid-19 e iniciativas de inovação social: um estudo sobre contribuições para programas sociais	107
21 Parque Nacional do Catimbau/PE – mudanças socioecológicas como estratégia de abordagem na educação ambiental	113

22 Programa de Iniciação Científica do Ensino Médio e Laboratório de Sociologia (SOCIOLAB) – PIBIC/FUNDAJ/CNPq

118

■ Apresentação

Nos dias 4 e 5 de novembro de 2021, a Fundação Joaquim Nabuco realizou a XVII Jornada de Iniciação Científica com a apresentação de 21 trabalhos, sendo três realizados por estudantes bolsistas e 18 por estudantes voluntários participantes do Programa de Iniciação Científica. Em decorrência do momento pandêmico da Covid-19, o evento ocorreu de forma remota e está disponível no perfil da Fundaj no *YouTube*.

Este caderno reúne os resumos expandidos – resultantes das pesquisas realizadas pelos estudantes com seus orientadores – que foram submetidos à avaliação de pesquisadores externos convidados e apresentados na Jornada, uma rica oportunidade de intercâmbio de saberes, debates, reflexões e estímulos a futuras pesquisas.

Nessa edição, contamos ainda com a participação dos estudantes integrantes do Programa de Iniciação Científica – Ensino Médio cuja síntese do trabalho desenvolvido foi apresentada na jornada e está aqui presente no final do caderno.

Acreditamos que o Programa de Iniciação Científica da Fundaj atende ao seu compromisso de contribuir efetivamente com a formação de novos pesquisadores, produzindo e difundindo conhecimentos oriundos de pesquisas desenvolvidas na instituição. Os resultados conquistados nesse biênio destacam o fortalecimento do Programa, refletido no entusiasmo dos participantes e na qualidade dos trabalhos apresentados.

Desejamos uma agradável leitura!

Coordenação do Programa de Bolsas de Iniciação Científica
Fundação Joaquim Nabuco

Programação da XVII Jornada de Iniciação Científica

04.11.2021 – Manhã

Educação do Ensino Médio em Pernambuco no contexto da Covid-19: normativas e os protocolos Instituídos

Bolsista: Gabriella Soares do Nascimento

Orientadora: Ana de Fátima P. Sousa Abranches

A Educação no Brasil no contexto da Gripe Espanhola: o que consta na imprensa

Bolsista: Luiz Vanderley Clemente de Souza Junior

Orientadora: Ana de Fátima P. Sousa Abranches

O ensino médio na rede pública de Pernambuco: diferenciações em debate

Bolsista: Ingrid Klebyane Farias de Luna Barbosa

Orientadora: Cibele Maria Lima Rodrigues

Uma análise das condições de oferta do ensino médio da Paraíba

Bolsista: Lívia Maria dos Santos Araújo

Orientadora: Cibele Maria Lima Rodrigues

A influência da nova gestão pública nas políticas de educação em Pernambuco: um olhar sobre os indicadores educacionais

Bolsista: Matheus Henrique Magalhães Cavalcanti

Orientadora: Darcilene Claudio Gomes

Impactos da reforma trabalhista e da pandemia do novo coronavírus no ensino básico privado: análise das movimentações contratuais no Nordeste

Bolsista: Pedro Rafael Chalegre Cavalcanti

Orientadora: Darcilene Claudio Gomes

04.11.2021 – Tarde

Efeitos do envolvimento familiar na vida escolar do aluno sobre resultados educacionais em escolas públicas do Recife

Bolsista: Samuel de Albuquerque Rocha

Orientadora: Isabel Pessoa de Arruda Raposo

Impactos da merenda escolar sobre o desempenho acadêmicos de alunos de escolas públicas do Recife

Bolsista: Bruna Marianne Viana dos Santos

Orientadora: Isabel Pessoa de Arruda Raposo

A Educação nos municípios do Nordeste: padrões e tendências

Bolsista: Catarina Luísa Alves de Araújo

Orientador: Diogo Henrique Helal

A regulação do ensino superior: um estudo de direito comparado Brasil, União Europeia e Estados Unidos

Bolsista: Mariana Medeiros Lessa

Orientador: Luís Henrique Romani de Campos

Os hotéis e pousadas e a contaminação por petróleo das praias do Nordeste

Bolsista: Marcos Vinicius Neri da Silva

Orientador: Luís Henrique Romani de Campos

05.11.2021 – Manhã

O desastre de petróleo na costa nordestina: impactos aos pescadores e pescadoras artesanais e outros atores sociais

Bolsista: Juliana Vieira de Melo Giusti

Orientadora: Beatriz Mesquita Jardim Pedrosa

Debates na Câmara, escritos na imprensa: as elites políticas no pós-abolição e o pensamento racial

Bolsista: Jonas Clevison Pereira de Melo

Orientadora: Cibele Barbosa da Silva Andrade

Uma história sobre a tortura a partir da legislação brasileira

Bolsista: Jennifer Ferreira da Silva

Orientador: Alexandre Zarias

Debaixo da pele: representações do corpo em propostas legislativas do Parlamento Brasileiro

Bolsista: Anne Karolayne Santana da Silva

Orientador: Alexandre Zarias

A doação de sangue por parte de gays, HSH e travestis nas proposições legislativas brasileiras

Bolsista: Laura Caldas Miguel

Orientador: Alexandre Zarias

05.11.2021 – Tarde

Migração de brasileiros para a União Europeia: estratégias de inserção social

Bolsista: Carina Jéssica de Souza

Orientador: Wilson Fusco

Programas de retorno às aulas e formação docente: quais as condições de trabalho na educação infantil nos municípios de Pernambuco, em tempos de pandemia?

Bolsista: José Marinho de Souza Neto

Orientadora: Patrícia M. Uchôa Simões

Protocolos para a Educação Básica em tempos de pandemia e a especificidade da Educação Infantil

Bolsista: Renata Patrícia Jorge dos S. Barbosa

Orientadora: Juceli Bengert Lima

Pandemia da Covid-19 e iniciativas de inovação social: um estudo sobre contribuições para programas sociais

Bolsista: Higor Araujo de Almeida

Orientadora: Carolina Beltrão de Medeiros

Parque Nacional do Catimbau/PE – mudanças socioecológicas como estratégia de abordagem na educação ambiental

Bolsista: Mateus Santos Ferraz

Orientadora: Edneida Rabelo Cavalcanti



XVII JORNADA DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RESUMOS



EDUCAÇÃO DO ENSINO MÉDIO EM PERNAMBUCO NO CONTEXTO DA COVID-19: NORMATIVAS E OS PROTOCOLOS INSTITUÍDOS

Gabriella Soares do Nascimento¹; Ana de Fátima P. de Sousa Abranches²

¹Estudante do Curso de História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); e-mail: gabriella.soaresn@ufpe.br

²Pesquisadora da Diretoria de Pesquisas Sociais (CECIM/DIPES); e-mail: ana.abranches@fundaj.gov.br

Link no *YouTube*: <https://www.YouTube.com/watch?v=qCb5pEGCZ6k>

Momento: 00:29:07

RESUMO: Este estudo contextualiza as normativas e protocolos instituídos durante o período da pandemia ocasionada pelo efeito do vírus SARS-Cov-2, Covid-19, para o ensino médio do Estado de Pernambuco. Insere-se ao projeto de pesquisa principal intitulado “Educação no contexto da Covid-19 em Pernambuco: o ensino médio em questão”, conduzido pela pesquisadora e orientadora Ana de Fátima P. de Sousa Abranches, que tem por objetivo discutir pontos específicos que abordam o ensino médio durante a pandemia, por meio de temas como: exaustão dos docentes, condução do ensino remoto, acessibilidade a tecnologia e as plataformas de ensino. Tal estudo incorpora uma série de pesquisas relacionadas às políticas educacionais direcionadas para o Ensino Médio na rede estadual de Pernambuco, que tem desenvolvido modelos de gestão a fim de obter resultados. O contexto analisado dispõe sobre o período de propagação do SARS-Cov-2 (Covid-19), que gerou umas das pandemias mais difíceis da história da humanidade. Dessa forma, buscamos compreender quais normativas e protocolos foram adotadas pelos órgãos federais e estaduais no setor educacional. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, tendo por base referências bibliográficas e acervos documentais do Diário Oficial do Estado de Pernambuco, destinados à condução da educação do Ensino Médio no período pandêmico. Por fim, almeja-se incitar o debate sobre as novas formas de ensino: remoto, síncronas, assíncronas, híbridos; os projetos políticos-pedagógicos direcionados à rede estadual de ensino de Pernambuco e os desafios impostos pelo vírus na realidade da comunidade escolar.

Palavras-chave: Educação; Ensino Médio; Pernambuco; Pandemia.

INTRODUÇÃO

O estudo objetivou compreender as documentações (Normativas e protocolos) instituídas pela Secretaria de Educação de Pernambuco (SEE/PE) para o funcionamento do Ensino Médio no contexto da pandemia para o desenvolvimento de atividades no modo remoto (síncronas, assíncronas) e atividades presenciais. O marco temporal do estudo inicia em 17 de março de 2020 quando o Ministério da Educação (MEC) faz a primeira portaria substituindo as aulas presenciais por aulas em meio digital determinando que esse regime seria estabelecido até o final da pandemia (Portaria nº 343- MEC) em instituições estaduais e federais de ordem privada ou pública

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), o termo pandemia deve ser utilizado em casos de doenças contagiosas em escala global, ainda sem direcionamentos para imunização e pouco conhecimento científico. Diante das necessidades de reduzir os contágios, protocolos de segurança foram colocados em práticas, nos pontos fundamentais constavam: isolamento social, uso obrigatório de máscaras, higienização das mãos e objetos com álcool 70. Partindo destas normas, as escolas foram identificadas como pontos de alto grau de transmissão, sendo necessário o fechamento prévio para controlar a situação. Assim, foram instituídos documentos para dar continuidade às atividades por meio do ensino remoto, guiando-se por ferramentas tecnológicas e uso de aparelhos como celular, computador, tablets etc.

O contexto pandêmico acentuou as discussões sobre as desigualdades sociais que assolam a educação pública brasileira, além disso, promoveu desafios que devem ser trabalhados adiante pelos órgãos federais e estaduais. Problemas como evasão escolar, a dupla jornada dos docentes durante a pandemia, o espaço virtual, acessibilidade aos conteúdos virtuais e a redes de internet, têm sido trabalhados por pesquisadores e professores engajados a fim de apresentar alternativas para ministrar políticas educacionais que possam proporcionar acessibilidade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de base exploratória e documental, que utiliza os protocolos e normativas instituídos pela Secretaria de Educação (SEE/PE), disponíveis para consulta pública no Diário Oficial do Estado. Para fundamentação teórica utilizamos os pesquisadores que vêm contribuindo para o diálogo entre educação, políticas sociais e democracia. Selecionamos os estudos de Luiz Fernando Dourado (2020), Acácia Zeneida Kuenzer (2017), Arruda (2020) e Gomes e Abranches (2015).

Foram identificadas Instruções Normativas, a partir de março de 2020, contendo orientações destinadas à comunidade escolar do Estado de Pernambuco para a vivência das aulas no formato remoto (síncronas e assíncronas) em Ambientes Virtuais de Aprendizagem como as Plataformas Educa - PE e Google Classroom (Google Sala de Aula). Observa-se que impulsionada pela Lei Federal nº 14.040, de 18 de agosto de 2020 a Secretaria Estadual de Educação (SEE) edita a Portaria nº 3024 em 30 de setembro de 2020 que estabelece o Protocolo Setorial para o retorno das atividades presenciais nas instituições de ensino. A pesquisa destaca estes dois momentos da educação em Pernambuco no contexto da pandemia que começa em março de 2020 com o ensino remoto e o retorno as atividades presenciais em novembro de 2020.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

De acordo com Dourado (2019), a educação faz parte de uma tríade entre o Estado e a Democracia. Configurando-se, então, como um aspecto crucial para promover políticas sociais em prol da igualdade. No entanto, o mundo capitalista orientado pelas políticas econômicas de ordem liberal, reverte a lógica do acesso amplo à educação para todos os cidadãos, e a transforma em mero produto de troca, gerando lucros para as empresas. O setor educacional brasileiro passou por transformações que estão ligadas ao modelo administrativo gerencial, nota-se que as documentações direcionadas a modificação do ensino básico e superior, estão em comum acordo com iniciativas privadas. Kuenzer (2017) aponta que as demandas

aplicadas às escolas causam uma reestruturação e fragmentação das matrizes curriculares, promovendo competências e habilidades. Tal apontamento, liga-se às reformas do Ensino Médio que vão do incentivo ao Exame do Ensino Médio (Enem) como etapa obrigatória para conclusão e ingresso às Universidades, e as mudanças na matriz curricular ligadas a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ao Novo Ensino Médio (2022).

Neste atual período de pandemia, o Ensino a Distância (Ead) está sendo experimentado em larga escala, abre-se o diálogo sobre as novas práticas pedagógicas possíveis para um mundo pós-pandemia. Com base nos estudos de Arruda (2020), compreende-se as diferenças entre o ensino a distância e o ensino emergencial remoto, este é acionado em situações críticas na qual exige uma mudança de espaços: o físico é substituído pelo virtual, o Ensino a Distância é planejado inteiramente em ambientes virtuais com objetivos a serem cumpridos em curto, médio e longo prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento das cinco normativas analisadas e o protocolo setorial, nos fornece informações baseadas em orientações das comunidades científicas com base em prerrogativas emitidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em acordo com a Unesco, que aconselham as instituições de ensino para o uso de aulas remotas. Neste sentido, o estudo realizado sublinha a necessidade de políticas educacionais que forneçam uma formação para o corpo escolar a fim de administrar as novas práticas pedagógicas que a pandemia trouxe ao cerne do debate na área de educação. A pesquisa nos conduziu para problemas que foram levantados durante o desenvolvimento teórico, por ser um tema atual, poucos dados científicos estavam disponíveis para a elaboração de uma compreensão metodológica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Fundação Joaquim Nabuco, a pesquisadora Ana de Fátima P. de Sousa Abranches pela orientação, a meu companheiro de equipe Luiz Vanderley e a toda minha equipe de trabalho do Erefem Francisco de Paula Corrêa de Araújo que me ajudou na construção desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, E.P.(2020). Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **EmRede- Revista de Educação a Distância**, 7 (1), 257-275. Recuperado de: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/621>

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - Covid -19. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 2020. p.39.

KUENZER, Zeneida Acácia. Trabalho e Escola: a flexibilização do Ensino Médio no contexto do regime de acumulação flexível. *Revista Educação e Sociedade*. 2017, v. 38, n. 139.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco. Instrução Normativa Nº007, de 18 de setembro de 2020. Disponível em: [https://cepebr-prod.s3.amazonaws.com/1/cadernos/2020/20200918/1-PoderExecutivo/PoderExecutivo\(20200918\).pdf](https://cepebr-prod.s3.amazonaws.com/1/cadernos/2020/20200918/1-PoderExecutivo/PoderExecutivo(20200918).pdf)

_____. Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco. Instrução Normativa Nº 009, de 27 de novembro de 2020. Disponível em: [https://cepebr-prod.s3.amazonaws.com/1/cadernos/2020/20201127/1-PoderExecutivo/PoderExecutivo\(20201127\).pdf](https://cepebr-prod.s3.amazonaws.com/1/cadernos/2020/20201127/1-PoderExecutivo/PoderExecutivo(20201127).pdf)

_____. Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco. Instrução Normativa Nº010, de 12 de dezembro de 2020. Disponível em: [https://cepebr-prod.s3.amazonaws.com/1/cadernos/2020/20201212/1-PoderExecutivo/PoderExecutivo\(20201212\).pdf](https://cepebr-prod.s3.amazonaws.com/1/cadernos/2020/20201212/1-PoderExecutivo/PoderExecutivo(20201212).pdf)

_____. Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco. Instrução Normativa Nº11, de 30 de dezembro de 2020. Disponível em: [https://cepebr-prod.s3.amazonaws.com/1/cadernos/2020/20201230/1-PoderExecutivo/PoderExecutivo\(20201230\).pdf](https://cepebr-prod.s3.amazonaws.com/1/cadernos/2020/20201230/1-PoderExecutivo/PoderExecutivo(20201230).pdf)

_____. Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco. Protocolo Setorial.



A EDUCAÇÃO NO BRASIL NO CONTEXTO DA GRIPE ESPANHOLA: O QUE CONSTA NA IMPRENSA

Luiz Vanderley Clemente de Souza Junior¹; Ana de Fátima P. de Sousa Abranches²

¹ Estudante do Curso de História da UNICAP. Email: luizsouzajunior3@gmail.com

² Pesquisadora da Diretoria de Pesquisas Sociais (CECIM/DIPES); e-mail: ana.abranches@fundaj.gov.br

Link no *YouTube*: <https://www.YouTube.com/watch?v=qCb5pEGCZ6k>

Momento: 00:52:50

RESUMO: A pesquisa analisou o contexto da educação durante a pandemia da Gripe Espanhola no Brasil em 1918 a partir de imagens e matérias da imprensa e periódicos do acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. Os jornais do Rio de Janeiro e São Paulo trazem importante material jornalístico com os principais acontecimentos acerca da crise sanitária e da educação dos trabalhadores e suas condições no período estudado. A leitura e análise do material se ancorou no materialismo histórico-dialético e traçam uma narrativa crítica com enfoque nas desigualdades sociais e educacionais do período pesquisado (Crise sanitária de 1918- Gripe Espanhola), bem como os levantes de trabalhadores que constituem um novo ideário educacional.

Palavras-Chave: Educação; Gripe Espanhola; Imprensa; Trabalhadores.

INTRODUÇÃO

No contexto de uma crise sanitária mundial, considerada a pior crise sanitária dos tempos modernos, são muitos os desafios para o enfrentamento da pandemia da covid-19 onde contabilizamos, em 29 de maio de 2021, cerca de 459 mil mortos no Brasil. Importante destacar que essa não foi a primeira crise sanitária no Brasil e no mundo. No século passado, em 1918 tivemos uma grande epidemia (a chamada gripe espanhola) com muitas mortes e grande sofrimento para a população. Quando nos defrontamos com o desafio que é caracterizar a educação durante a Primeira República, nos deparamos com um cenário que se configura enquanto caótico. Com os efeitos da epidemia, junto com o projeto (GOULART. 2005) de modernização e a Primeira Guerra Mundial em pleno vapor e a disputa entre as narrativas que fundamentariam uma discussão sobre a Guerra e sobre a Educação. Um estudo detalhado das contradições (MARX, 2019) que se impõem no contexto educacional e na vida econômica do país estimulam um entendimento maior sobre a ligação entre o ensino e a vida material.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada no Acervo Digital da Biblioteca Nacional utilizando a Hemeroteca Digital Brasileira em virtude das restrições causadas pela pandemia da Covid-19. Foi realizada a busca de imagens e matérias na imprensa e revistas no contexto da Gripe Espanhola buscando entender o cenário educacional no período de 1918.

Para realização da busca combinamos palavras que consideramos chaves para identificação das matérias e imagens. O resultado das pesquisas no jornal “Gazeta do Povo” foi fruto da combinação das palavras-chave escola + influenza+ gripe. No jornal “O Paiz” a busca foi fruto da combinação das palavras Influenza+ Gripe + escolas municipais, o que resultou em parte da documentação disponível para analisar o Rio de Janeiro de 1918, no contexto jornalístico. O periódico “O Malho” que trata de uma série de charges dispostas ao longo do texto, foi descoberto enquanto testava as mesmas palavras-chave que usei para filtrar os periódicos do Rio de Janeiro. A escolha das fontes de pesquisa na imprensa da época

foi feita a partir de uma observação mais criteriosa acerca da qualidade das informações prestadas e da contextualização mais detalhada.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Em 1918 na cidade de São Paulo, a população lidava com os problemas de cunho econômico e era suplantada com notícias sobre a Primeira Guerra Mundial de modo que poucos moradores devem ter lido matérias isoladas sobre uma doença misteriosa que teria desaguado sobre a Espanha, que se caracterizava como epidêmica e que resultaria em um enfoque maior das autoridades espanholas sobre à guerra. Com a chegada da influenza na capital paulistana em setembro de 1918 (GOULART. 2003) o governo, que estava no impasse anteriormente citado da modernização para a guerra e do avanço do poder dos coronéis, começa a agir através de portarias das delegacias de saúde, baseado no avanço epidêmico da doença e decidindo quais medidas de proteção deverão ser tomadas. Foi em outubro de 1918, que a primeira portaria foi anunciada no jornal “gazeta do povo” decretando o fechamento das escolas por causa do contágio do vírus que, naquela época, o governo ainda se recusava a chamar de pandemia. A decisão se estendida ao poder municipal e alguns colégios de iniciativa privada também aderiram.

Conforme os anos se passavam e a industrialização se manifestava como uma realidade latente durante os anos dez, a educação escolar se modifica e ganha novas roupagens. A Primeira Guerra Mundial já encontrava seu desfecho e o vírus era um violento algoz assolando toda a sociedade paulistana e principalmente a classe trabalhadora, que, sem os recursos de habitação, educação e de trabalho básicos à sobrevivência, era duramente afetada pela ameaça sanitária. Em outubro de 1918, os jornais, cientes da letalidade da doença, clamavam pelo fechamento urgente de escolas e grupos escolares como fora feito no Rio de Janeiro, na Bahia e em Pernambuco. Tais reivindicações conferem à situação em que se estabelecia na capital paulistana. O clamor com forte caráter de cobrança foi feito pelo Jornal *Gazeta do Povo*¹.

¹ “As providências das autoridades sanitárias, por melhores que sejam, não podem evitar a propagação da gripe, que se alastra com o próprio ar. Urge, porém, que se trate desde logo a evitar a maior contaminação, sendo de aconselhar o fechamento provisório das escolas, a exemplo do que se

A frase “O Rio é um vasto hospital aparece na capa do jornal “*Gazeta de Notícias*” no dia 15 de outubro de 1918 como um lembrete da situação sanitária e da situação econômica do Brasil durante o que viria ser a primeira pandemia do século XX. A capital do Rio de Janeiro –que até hoje é o cartão postal do país– durante as décadas iniciais do século XX performava uma política muito clara de esconder as mazelas da cidade nos seus morros enquanto as regiões centrais e os pontos turísticos da cidade eram “limpos” de negros, pobres e periféricos. Esquecidos pelas políticas sanitárias da cidade durante a epidemia, os morros e as regiões periféricas do Rio de Janeiro performam os maiores números de mortes e contágio na cidade. Só no Rio de Janeiro, segundo a Fiocruz, foram registrados mais de 14 mil óbitos.

As denúncias feitas pelo jornal “*Gazeta de Notícias*” na edição em questão postulam uma série de insatisfações gerais que a sociedade carioca manifestava contra a forma com a qual a política estava lidando tanto com as questões de cunho sanitário quanto às questões econômicas e sociais. A sociedade carioca pedia socorro e acusava o governo de efetuar uma “desídia criminoso”. O jornal ainda denunciava, em letras garrafais a falta de médicos e de remédios para combater a grande *moléstia* que se alastrava entre os cariocas com uma força jamais vista antes. Só depois da denúncia do jornal, o Rio de Janeiro decreta por fim, quarentena rígida (incluindo o fechamento das escolas).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados obtidos durante a pesquisa, nota-se que em caráter oficial, não havia uma teorização da Educação por parte do governo no Brasil até 1932. Apesar disso, os grupos escolares representavam uma procura gradativa da Educação por parte da classe trabalhadora à medida que o Brasil se industrializava. Em 1918, em meio a levantes de cunho operário, os acontecimentos finais da Primeira Guerra Mundial e as políticas do governo que priorizava o

fez no Estado do Rio, na Capital Federal, na Bahia e em Pernambuco. O Sr. Vice-prefeito municipal, certamente, providenciará neste sentido, e o fará o quanto antes. O Estado deve também providenciar para esse mesmo fim, determinando logo a suspensão das aulas, especialmente nos grupos escolares (...) cujas qualidades higiênicas do pavimento inferior, são tais que obrigam precauções rigorosas.” Acesso em: 10 de março de 2021.

desenvolvimento à saúde pública, a classe operária foi violentamente negligenciada durante o pico da epidemia e isso refletiu diretamente no contexto educacional.

Em paralelo com a realidade da educação do Brasil durante a pandemia da Covid-19, vale ressaltar que a ampla crise econômica do país, agravada pelas políticas de austeridade (OLIVEIRA; PASSOS; WELLE; PIREE. 2020) pioram a desigualdade social no país, causando um retrocesso de vinte anos em políticas educacionais e de inclusão social, agravada com a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) nº 55, de 2016, que foi aprovada pela câmara de Deputados e Senado. Pensar Educação a nível nacional sem pensar o contexto econômico em que esse sistema educacional está inserido nos aliena de uma realidade latente.

REFERÊNCIAS

GOULART, Adriana da Costa. **Um Cenário Mefistofélico**: gripe espanhola no Rio de Janeiro. Niterói: UFF.2003.

GOULART, Adriana da Costa. **Revisitando a Espanhola**: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 12, n. 1, p. 101-42, jan.-abr. 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

OLIVEIRA, Ana Luiza Matos de; PASSOS, Luana; GUIDOLIN, Ana Paula; WELLE, Arthur; PIRES, Luiza Nassif. Austeridade, Pandemia e Gênero. *In*: DEWECK, Esther; ROSSI, Pedro; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. **Economia Pós-Pandemia: desconstruindo os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico**. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2020. P 153-171.



O ENSINO MÉDIO NA REDE PÚBLICA DE PERNAMBUCO: DIFERENCIAÇÕES EM DEBATE

Ingrid Klebyane Farias de Luna Barbosa¹; Cibele Maria de Lima Rodrigues²

¹Estudante do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais- UFRPE; e-mail: ingridklebyane@gmail.com

²Pesquisadora da Diretoria de Pesquisas Sociais (CECIM/DIPES); e-mail:

cibele.rodrigues@fundaj.gov.br

Link no *YouTube*: <https://www.YouTube.com/watch?v=qCb5pEGCZ6k>

Momento: 01:14:05

RESUMO: O presente trabalho corresponde a um esforço de análise epistemológica realizada em trabalhos que abordem a temática do programa voltado para implantação de escolas em tempo integral, identificando seus marcos teóricos e argumentos com a finalidade de produzir uma compreensão acerca do que vem sendo produzido sobre a educação básica em Pernambuco. Sob a luz da metapesquisa, o objetivo é a identificação da perspectiva, do posicionamento e enfoque epistemológico. Entre as correntes teóricas foram identificadas as perspectivas: marxismo, funcionalismo, capital humano e ecletismo. Os trabalhos se dividem entre análises “otimistas” e outras com perspectivas críticas em relação ao referido programa.

Palavras-chave: ensino integral; metapesquisa; Pernambuco.

INTRODUÇÃO

Autores como Jefferson Mainardes (2018); Cesar Tello (2012) e Stephen Ball (2016) vem desenvolvendo argumentos sobre a necessidade de uma vigilância epistemológica, que consiste em um caminho central para uma orientação explícita do posicionamento teórico-metodológico, evitando a ocorrência de uma epistemologia da superfície, em conjunto com uma produção das pesquisas educacionais em níveis de análise descritivas e de reflexões teórico-conceituais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Seguindo a metodologia da metapesquisa reflexiva de Mainardes e Tello (2016), que se concentram em argumentar a relevância de investigar da perspectiva, do posicionamento e do enfoque epistemológico. Realizamos um levantamento de 12 produções acadêmico-científicas produzidas no período entre 2013 e 2020, identificados a partir de um levantamento feito em plataformas acadêmicas: Banco de Teses e Dissertações, CAPES e biblioteca da UFRPE.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Na linha do marxismo as dissertações identificadas (TEIXEIRA, 2017; SANTIAGO, 2014; SILVA, 2013; MORAES, 2013; SILVA, 2018) propunha uma análise crítica da política pública sobre luz do marxismo, utilizando o método do materialismo histórico-dialético compondo um escopo teórico e metodológico coeso por meio do uso de um marco teórico claro com uso de autores fundamentais além do uso central de Marx (1999). O argumento dos trabalhos permeia o discurso que as escolas integrais vêm desempenhando no modelo de acumulação flexível com a crítica ao desenvolvimento da educação como fonte para o crescimento do capitalismo e a supervalorização da educação privada mediante a necessidade de aprimoramento e desenvolvimento pessoal dos indivíduos para o mercado de trabalho.

Na contramão dessa perspectiva os trabalhos na linha do capital humano que fazem uso do aporte teórico clássico (SCHULTZ, 1962; Becker, 1964; MINCER, 1974) e argumentativo claros (SANTOS, 2015; FERNANDES, 2018) que colocam a busca pelo conhecimento como mecanismo de aperfeiçoamento das habilidades, o que coloca a

educação como reflexo do desenvolvimento econômico, atribuindo as políticas públicas o impacto no desenvolvimento da educação. As escolas integrais assumiram nesse cenário o papel de ferramenta potencializadora do desempenho profissional, ao preparar esses indivíduos para o mercado de trabalho e possibilitar os caminhos para uma ascensão social.

De forma sucinta, Mainardes (2018) denominou de ecletismo os trabalhos que não deixavam claro sua perspectiva teórica, nesse caso, identificamos duas dissertações e uma tese na área de Gestão (LIMA, 2014; DUTRA, 2013; SILVEIRA, 2020). Os trabalhos classificados deste modo discorrem sobre a alocação de recursos estratégicos na busca por otimizar os recursos do poder público no campo da educação. Assim como, no debate sobre a qualidade da educação a partir do discurso de implementação da base democrática da educação e como um direito social, em conjunto com o discurso de desenvolvimento humano baseado nos princípios de racionalidade, afetividade, espiritualidade e corporeidade.

Por fim, apenas uma dissertação foi identificada como funcionalista (CONCEIÇÃO, 2017), mesmo não utilizando o marco teórico funcionalista, estrutura sua argumentação com base no princípio de estratégia que se sustenta por meio da busca por resultados, a estratégia como um plano de ação em conjunto do planejamento do ambiente. Direcionado para o desempenho dos alunos como reflexo da qualidade de aprendizagem e enfatiza a necessidade cooperação e organização como forma de produzir uma gestão estratégica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo de estudo teórico e metodológico das políticas educacionais vem se ampliando ao longo dos anos, métodos e conceitos vêm sendo construídos como instrumentos de vigilância do campo científico a fim de garantir uma solidez metodológica que possa dar suporte para uma compreensão profunda da realidade.

AGRADECIMENTOS

O agradecimento deste trabalho será direcionado a orientadora da pesquisa.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen. **SOCIOLOGIA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E PESQUISA CRÍTICO SOCIAL: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional**. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas Vol. 24, No. 75. 2016.

FERNANDES, Diego. **DIFERENCIAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES NO ENEM UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL DA REDE PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO NO PERÍODO DE 2009 a 2016**. Pós-graduação em Economia na UFPE (dissertação), Caruaru, 2018.

LIMA, Uiara. **O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL DAS ESCOLAS DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE PERNAMBUCO (2008-2013)**. Pós-graduação do Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.

MAINARDES, Jefferson. **A pesquisa no campo da política educacional, perspectivas teórico-epistemológicas e o lugar do pluralismo**. Revista Brasileira de Educação v. 23 e230034, 2018.

MORAES, Edima. **MORAES, Edima. Utilização das escolas de referência em ensino médio pelo governo do Estado de Pernambuco: uma análise do Programa de Educação Integral**. Pós-graduação em Educação Contemporânea da UFPE (Dissertação), Caruaru, 2013.

PAULO, Dutra. **EDUCAÇÃO INTEGRAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO: UMA REALIDADE NO ENSINO MÉDIO**. Mestrado profissional em gestão e avaliação da educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

SILVA, Adriano. **A relação entre o docente do ensino médio (em tempo) Integral e seu trabalho, no contexto da gestão por resultados**. Pós-graduação em Educação Contemporânea UFPE (Dissertação), Caruaru, 2018.

SILVA, Jadson. **Reforma pró-capital na educação escolar: a reestruturação do ensino médio pelo programa de educação integral de Pernambuco**. Pós-graduação em educação (dissertação) UFPE, Recife, 2013.

SANTOS, Maria. **POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NO ENSINO MÉDIO EM PERNAMBUCO: ANÁLISE DA GESTÃO ESCOLAR E DO DESEMPENHO NO IDEPE**. Pós-Graduação em Administração do Curso de Mestrado Profissional em Administração da Universidade Federal da Bahia (Dissertação), Salvador, 2015.

SILVEIRA, Lídia. **A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM PERNAMBUCO: visão dos estudantes da Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano**. Pós-Graduação em Política Educacional, Planejamento e Gestão da Educação na Universidade Federal de Pernambuco (tese), Recife, 2015.

TEIXEIRA, Pedro. **Condição do trabalho docente e processo de implementação do programa de educação integral no ensino médio da rede estadual de Pernambuco.** Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea, da Universidade Federal de Pernambuco (Dissertação), Caruaru, 2017.



UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE OFERTA DO ENSINO MÉDIO NA PARAÍBA

Lívia Maria dos Santos Araújo¹; Cibele Maria de Lima Rodrigues²

¹ Estudante do 6º período do Bacharelado em Ciências Sociais (UFPE); e-mail: livia.msaraujo@ufpe.br

² Pesquisadora da Diretoria de Pesquisas Sociais (CECIM/DIPES); e-mail:
cibele.rodrigues@fundaj.gov.br

Link no *YouTube*: <https://www.YouTube.com/watch?v=qCb5pEGCZ6k>

Momento: 01:33:45

RESUMO: Na oferta do ensino médio integral da Paraíba tem se destacado a criação do Programa Escola Cidadã Integral, criado em 2015, para estabelecer o tempo integral. A análise da política mostra uma relação com o programa semelhante criado em Pernambuco. A análise dos dados do INEP mostra o aumento de 15,7% no número de escolas do referido programa e o aumento das matrículas, com ênfase no ensino profissionalizante.

Palavras-chave: Escola Cidadã Integral; Ensino Médio; Política Educacional.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é uma continuidade da análise da oferta do ensino médio na (ARAÚJO; RODRIGUES, 2021), agora voltado para análise de dados disponibilizados pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), durante os últimos 5 anos do Ensino Médio da Paraíba, considerando a criação do Programa Escola Cidadã Integral, em 2015.

Para uma melhor compreensão das questões levantadas, utilizamos o pós-estruturalismo como viés epistemológico protagonizado por Ball (2004; 2005; 2015). Além disso, traçamos um diálogo com a educação como campo de tensões da história das desigualdades da América Latina com as reflexões de Dalila Oliveira (2018). As questões abordadas refletem como a educação nos países latino-americanos corresponde a uma trajetória de tensões hierárquicas e disputa de poder em uma perspectiva global.

METODOLOGIA

A pesquisa se desenvolveu, em primeira instância, com um estudo sobre o ponto de vista teórico e histórico das políticas educacionais em uma perspectiva da sociologia das políticas educacionais, sublinhando o contexto e desigualdades que estão inseridas as escolas públicas. Em seguida, realizamos uma análise de dados secundários disponibilizados pelo INEP para mensurar as transformações ocorridas nos últimos 5 anos no ensino médio da Paraíba.

RESULTADO E DISCUSSÕES

O programa Escola Cidadã Integral (ECI) surgiu no estado da Paraíba nos debates da agenda educacional em 2015, a partir do decreto nº 36.408/2015 como a primeira experiência da jornada integral para o Ensino Médio. Em 2016, o programa passa a se materializar em suas primeiras unidades durante a gestão do Governador Ricardo Coutinho (2014-2018), o qual já havia se envolvido com a jornada integral em projeto anterior como prefeito de João Pessoa. Em 2018, uma nova lei é constituída para que se torne política de Estado, embora seja apenas um programa e não seja universal. Inicialmente, o referido programa estava vinculado ao programa federal Ensino Médio Inovador (ProEMI)/MEC, instaurado em 2012 no governo do

Partido dos Trabalhadores - política para a educação de tempo integral. Dissertamos de maneira mais minuciosa sobre esse processo de formulação na primeira passagem da pesquisa sobre a oferta no relatório para o PIBIC 2019-2020 (ARAÚJO; RODRIGUES, 2020).

No presente estudo destacamos a evolução das unidades das escolas da Rede Pública da Paraíba de 2016 a 2020, passando de 413 unidades para 478 (perfazendo um aumento de 15,7%). Segundo o atual governador, João Azevêdo, a meta é que, ainda em 2021, as Escolas Cidadãs Integrais alcancem 302 dessas unidades, sendo em média 63% das unidades. O que chama atenção diante de tais dados é que há um maior investimento das Escolas Cidadãs Integrais Técnicas (com ensino profissionalizante) e que cerca de 96,2% da matrícula em escolas urbanas.

Ainda sobre tais registros, o número de matrículas caiu em torno de 1,7% em relação ao número registrado em 2016, contudo, a procura para as matrículas de ensino médio integradas ao ensino profissionalizante aumentou 26,3% no último ano. Identificamos, assim como em nossos trabalhos anteriores, como o ensino médio público está sujeito a uma lógica mercantil e que retrata um discurso sedutor para que os alunos (enquanto sujeitos) se identifiquem como um cidadão "total e de excelência" quando se adequa às condições do mercado (BALL, 2006).

Além disso, coletamos a evolução dos docentes nos últimos cinco anos com um aumento de 6,6% e que, dentre estes, 85,5% possuem grau acadêmico em licenciatura e que, apesar destes dados, há uma inadequação evidente em algumas disciplinas do ensino médio. A disciplina de sociologia corresponde a apenas 27,5% das turmas atendidas por docentes de formação adequada.

Chamamos atenção para o atual cenário político retoma a agenda educacional os debates trazidos pelo golpe de Michel Temer e como a educação é alvo e vítima dos interesses políticos neoliberais. Ademais, houve um aumento de 10% sobre os docentes com pós-graduação e formação continuada na rede básica, os quais reconhecemos enquanto mecanismos essenciais para uma prática pedagógica qualitativa (NUNES, OLIVEIRA, 2017)

Por fim, uma das novidades aderidas pelo Censo Escolar de 2020 é a subseção destinada aos gestores. Atualmente, os gestores totalizam 4.903 numa

rede total de 4.807 escolas (as escolas podem declarar até 3 gestores), sendo 85% diretores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que o governo da Paraíba apostou no Programa Escolas Cidadãs como principal política para o ensino médio, tendo em vista o aumento vertiginoso no número de escolas (do programa), iniciado em 2016 com oito unidades escolares e, atualmente, possui 229, sendo 99 são escolas técnicas - de um total de 478 escolas da rede pública. Constatamos que houve uma queda de 1,7% no número de matrículas do ensino médio (público) e um aumento nas matrículas do ensino médio técnico (26,3%). Vale ressaltar que o programa é inspirado no seu correlato da rede estadual de ensino de Pernambuco e ambos são amplamente criticados. Em outros trabalhos, apontamos as contradições da lógica empresarial presentes no currículo e a forma de ampliação do salário dos professores por meio de gratificação - que não é incorporada ao salário (ARAÚJO, RODRIGUES, 2020; RODRIGUES, ARAÚJO, FERREIRA, 2020).

AGRADECIMENTOS

À Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), a Cibele Rodrigues e ao GPED.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Lívia; RODRIGUES, Cibele. **Uma análise de oferta do ensino médio na Paraíba**. Relatório final apresentado à Fundação Joaquim Nabuco referente ao subprojeto desenvolvido pela bolsista de iniciação científica Pibic/CNPq/Fundaj. 2020.

BALL, Stephen. **Performatividade, privatização e o pós-Estado do bem-estar**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1105-1126, set./dez., 2004.

BALL, Stephen. **Profissionalismo, gerencialismo e performatividade**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 35, n.126, p. 539-564, set./dez.2005.

BALL, Stephen. **Entrevista com o professor Stephen J. Ball**. Olhares, Guarulhos, v. 3, n. 2, p 161-171, 2015.

Governo do Estado da Paraíba, Somos todos Paraíba. **João Azevêdo anuncia implantação de mais 73 escolas integrais e modelo de ensino chega a todos os**

municípios da Paraíba. Site Oficial, 2021. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/joao-azevedo-anuncia-implantacao-de-mais-73-escolas-integrais-e-modelo-de-ensino-chega-a-todos-os-municipios-da-paraiba>. Acesso em: agosto de 2021.

Governo divulga expansão com mais 73 Escolas Cidadãs Integrais em na Rede Estadual de Ensino. **(publicada em 25/01/2021)**. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao-e-da-ciencia-e-tecnologia/noticias/governo-divulga-expansao-com-mais-73-escolas-cidadas-integrais-em-na-rede-estadual-de-ensino-1>.

INEP, 2020. **Resumo Técnico do Estado da Paraíba. Censo da Educação Básica 2020.** Diretoria de Estatísticas Educacionais, DEED. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_do_estado_da_paraiba_censo_da_educacao_basica_2020.pdf. Acesso em agosto de 2021.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais.** In: Educ.Soc. Campinas, v.27.94, p. 47-69, jan/abr, 2006.

NUNES, Claudio; OLIVEIRA, Dalila. **Trabalho, carreira, desenvolvimento docente e mudança na prática educativa.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 43, n.1, p. 65-80, jan./mar. 2017.

Paraíba Educa. **Plataforma de ensino e aprendizagem da Rede Estadual de Ensino.** RODRIGUES, Cibele. ARAÚJO, Lívia. FERREIRA, Ruttany. **APONTAMENTOS SOBRE O PROGRAMA ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL DA PARAÍBA.** XXV EPEN – Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste (ANPEd-Nordeste) 2020. Disponível em: <http://anais.anped.org.br/regionais/nordeste2020>

Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia. Governo do Estado. 2021. Disponível em: <tps://sites.google.com/prod/see.pb.gov.br/pbeduca/plano-de-educacao%3%A7%C3%A3o?authuser=01>



A INFLUÊNCIA DA NOVA GESTÃO PÚBLICA NAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM PERNAMBUCO: UM OLHAR SOBRE OS INDICADORES EDUCACIONAIS

Matheus Henrique Magalhães Cavalcanti¹; Darcilene Claudio Gomes²

¹Estudante do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais -DECISO/UFRPE; e-mail:

matheus.mcavalcanti@gmail.com

²Pesquisadora da Diretoria de Pesquisas Sociais (CGEP/DIPES); e-mail: darcilene.gomes@fundaj.gov.br

Link no *YouTube*: <https://www.YouTube.com/watch?v=gCb5pEGCZ6k>

Momento: 02:02:35

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo analisar os impactos da Nova Gestão Pública (NGP) na educação básica do estado de Pernambuco no período 2000-2018. Para isto, escolhemos fazer uma análise que adotou, especialmente, técnicas quantitativas de coleta e análise de dados. Os procedimentos foram divididos em duas etapas, a primeira foi uma revisão bibliográfica e a segunda foi à análise dos dados secundários. Construimos uma linha do tempo contendo as principais iniciativas institucionais alinhadas a NGP, a partir do portal AlepeLegis, para avaliar a adesão dos gestores públicos a esta modalidade de gestão. Além disso, também construimos, e analisamos, os indicadores da rede estadual de educação básica a partir da Sinopse do Censo Escolar, disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para identificar a influência da gestão sobre os indicadores. Sendo assim, percebemos que o arcabouço institucional criado por uma elite técnica dos gestores estaduais alinhados à NGP influenciou uma melhora quantitativa dos indicadores educacionais. Porém, ao aprofundarmos a análise dos indicadores referentes aos docentes, percebemos que, ao contrário dos demais indicadores analisados, o impacto positivo da NGP é menor e tende a ser negativo para os professores quando comparado com os números do Brasil.

Palavras-chave: Nova Gestão Pública; trabalho docente, educação, indicadores.

INTRODUÇÃO

Desde meados dos anos 1970, assiste-se ao surgimento de uma nova administração pública que a um só tempo consiga adaptar a gestão do Estado à nova realidade e espelhar a gestão privada dos grupos privados globais bem-sucedidos nas últimas décadas. A mais recente delas inspira boa parte da administração pública ocidental e responde pelo nome de Nova Gestão Pública (VERGER; NORMAND, 2015,).

Entende-se por Nova Gestão Pública (NGP), o conjunto de teorias e políticas de gestão inspiradas na administração privada que, a partir dos anos 1980, hegemoniza-se no interior dos aparelhos de Estado em boa parte do mundo. São ações identificadas com a NGP: a responsabilização (prestação de contas), as técnicas de gestão inspiradas no setor privado, o estímulo à concorrência e a criação de sistemas de incentivos.

A influência da NGP e da cultura das avaliações segue crescente no Brasil, ainda que sua assimilação ocorra de forma bastante diferenciada entre os estados e municípios no país.

Em Pernambuco, a influência da gestão por resultados na política educacional pode ser observada desde 2002, quando de forma contínua os diferentes governos adotam medidas de flexibilização e descentralização da gestão escolar, sistema de avaliação do aprendizado, de bonificação etc. Por isso, mapeamos as atitudes institucionais ligadas à NGP construímos uma linha do tempo e entendemos que a entrada do Partido Socialista Brasileiro (PSB) em 2007 como ponto de inflexão da implementação da NGP em no estado.

Por isso, este trabalho teve por objetivo analisar os impactos da Nova Gestão Pública na educação básica do estado de Pernambuco no período 2000-2018. E concluímos que a implementação da NGP se deu a partir de um arcabouço técnico legislativo, de cima para baixo, baseado em três pilares: a bonificação, o foco na avaliação e a implementação da escola em tempo integral com bons resultados, em detrimento dos indicadores da classe docente.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos adotados são: 1) levantamento bibliográfico; e 2) análise de dados secundários.

Para realização do estudo bibliográfico foram selecionados livros, trabalhos acadêmicos (dissertações e teses), artigos, boletins sindicais e relatórios internacionais e nacionais, com o intuito de contextualizar o tema e conceber o referencial teórico.

Os dados quantitativos foram extraídos dos microdados do Censo Escolar, que é uma base de dados com informações declaratórias, sob responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep).

Além disso, para confeccionar uma linha do tempo das principais iniciativas institucionais alinhadas com a NGP acessamos o site Alepe Legis², plataforma que agrega as principais iniciativas legislativas (Leis, Decretos etc.) do estado de Pernambuco.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

No caso de Pernambuco, a implementação gradual de políticas alinhadas à mudança de gestão pública se relaciona com as mudanças estruturais das décadas de 1980 e 1990 e a ascensão do neoliberalismo brasileiro, com tímidas, mas presentes, noções neoliberais na gestão educacional pernambucana até então.

Entre as diversas iniciativas legislativas do campo educacional alinhadas às noções empresariais da NGP de 2000 a 2018, destacamos: programas de bonificação para profissionais da educação (Lei n.13.486/2008; Lei n. 14.514/2011; Lei n. 15.973/2016); condiciona a distribuição de recursos aos resultados das avaliações (Lei n. 13.368/2007); estabelece a obrigatoriedade da publicização dos índices alcançados nas avaliações de larga escala por unidade escolar (Lei n. 14.602/2012); e institui premiação para municípios com melhores resultados nas avaliações em larga escala (Lei n. 14.923/2013).

² Disponível em: <http://legis.alepe.pe.gov.br/> Acessado em: 08/09/2021

O resultado desse arcabouço institucional alinhados a *datificação* da NGP do PSB foi uma melhora significativa nos indicadores medidos por avaliações em externas: o IDEB³ do ensino médio público passou de 2,7 em 2005 para 4,4 em 2019, o IDEPE⁴ de 2,6 em 2008 para 4,7 em 2018.

As taxas de evasão e repetência do ensino médio público também caíram: Enquanto em 2007 a taxa de evasão e repetência era, respectivamente, 25,7% e 12,9% e em 2018 passaram a ser 7,3% e 5,7% demonstrando uma queda significativa.

Já os professores, quando comparados ao Brasil, apresentam dados preocupantes: em 2018 o Brasil possuía 24,5% dos professores lecionando matérias para as quais não possuíam formação superior e Pernambuco tinha 43,4%. Outro ponto que contribui para a precarização do trabalho docente é o número de docentes pernambucanos atuando no ensino médio público em modelo de contratação temporária. O Brasil, no ano de 2018 teve 36,6% dos seus professores do ensino médio público com contrato temporário, já no estado de Pernambuco esse número chegou a 41,9% dos docentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos à conclusão de que a estrutura produzida pelos gestores do estado foi baseada na gestão por resultados, que por sua vez comunga com os valores pregados pela NGP. Para esta implementação foi criada uma estratégia verticalizada, segundo uma tendência nacional e internacional, de gerir a educação.

Isso se deve ao fato de Pernambuco possuir uma organização e uma elite técnica capaz de manejar o sistema educacional consolidando uma racionalidade que mimetiza a administração privada baseada no resultado e no desempenho.

Além da adoção institucional da NGP por parte dos gestores, chegamos à conclusão de que as políticas educacionais pernambucanas contribuíram para uma melhora dos indicadores educacionais. Porém, quanto aos indicadores ligados à classe docente, vemos que ao contrário dos outros índices, os professores

³ Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

⁴ O Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco

pernambucanos, quando comparados com os números do Brasil, tem uma baixa taxa de adequação docente e acompanha a tendência de aumento do número de contratações temporárias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação Joaquim Nabuco, por insistir na iniciação científica, a orientadora Darcilene C. Gomes por acreditar na ciência na segunda década do século XXI, ao companheiro de pesquisa Pedro Cavalcanti pelas mil conversas sobre o objeto de pesquisa e a minha noiva Maria Priscila Martins pelo seu sorriso.

REFERÊNCIAS

VERGER, Antoni; NORMAND, Romuald. Nueva gestión pública y educación: elementos teóricos y conceptuales para el estudio de un modelo de reforma educativa global. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 36, n. 132, p. 599-622, jul./set. 2015.



IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA E DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS NO ENSINO BÁSICO PRIVADO: ANÁLISE DAS MOVIMENTAÇÕES CONTRATUAIS NO NORDESTE

Pedro Rafael Chalegre Cavalcanti¹; Darcilene Cláudio Gomes²

¹Estudante do Curso de Ciências Sociais DECISO/UFRPE. E-mail: pedrorafaelchalegre@gmail.com

²Pesquisadora da Diretoria de Pesquisas Sociais (CGEP/DIPES); e-mail: darcilene.gomes@fundaj.gov.br

Link no *YouTube*: <https://www.YouTube.com/watch?v=qCb5pEGCZ6k>

Momento: 02:27:40

RESUMO: O presente trabalho objetivou analisar os efeitos da Reforma Trabalhista de 2017 e da Pandemia do Novo Coronavírus sobre os docentes do ensino básico privado no Nordeste. Para a confecção, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre a Reforma Trabalhista e sobre a Pandemia; também foram utilizados dados secundários provenientes da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo CAGED). O período de análise vai de 2010 a 2019 (RAIS), de 2017 a 2019 (CAGED) e de 2020 a 2021 (Novo CAGED). Contatamos uma tendência do trabalho docente, relativa à alta de desligamentos no fim do período letivo. Sobre as novas formas de contratação pela Reforma, o contrato intermitente é residual, enquanto o contrato parcial tem penetração maior, seguindo tendência do total de contratos. A partir da pandemia, há um constante saldo negativo impactado pelas demissões, e, sobre os desligamentos, uma presença pequena dos desligamentos por acordo, e aumento dos desligamentos por morte durante a pandemia. Por fim, pudemos observar uma queda na remuneração média nominal dos docentes do ensino básico privado.

Palavras-chave: Reforma Trabalhista; Pandemia do Novo Coronavírus; Docentes do Ensino Básico.

INTRODUÇÃO

Em novembro de 2017 foi aprovada, em meio a uma crise econômica e política, a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017). Com a reforma, o governo, sob a promessa de gerar empregos através da “flexibilização” ou “modernização” trabalho, propiciar “segurança jurídica” e corte de custos aos empresários, alterou a legislação vigente, com medidas que diminuem o acesso à justiça do trabalho, permitem a prevalência do negociado sobre o legislado, entre outras mudanças (GALVÃO et. al. 2017). Os favoráveis à reforma apontaram que essa ajudaria a criar empregos e recuperar a economia, além de ampliar a autonomia dos trabalhadores (CHAHAD, 2017); posições contrárias, baseadas em análises de dados sobre o mercado de trabalho pós-pandemia, observaram que essa não ajudou a criar empregos, bem como o mercado no Brasil ampliou tendências estruturais (KREIN e OLIVEIRA, 2019; KREIN et. al., 2021).

Com a vigência da reforma, a imprensa brasileira anunciou demissões de inúmeros professores que atuavam no ensino privado. No Nordeste, observou-se uma variação para baixo no saldo de movimentações de contrato nos meses de fim de período letivo, e, desde então, começa a inserção de novas modalidades de contrato no segmento educacional. (CAVALCANTI e CAVALCANTI, 2021).

Em março de 2020 decreta-se pandemia no país; iniciaram-se as primeiras medidas de paralisação de atividades, noticiou-se o uso das férias dos professores como cobertura para demissões e o começo de demissões em massa. Dentro dos meses que se seguem ao isolamento, as instituições de ensino vêm apresentando um processo de reestruturação “pedagógico-produtiva” de adequação ao isolamento, com a massificação da prática do ensino remoto (OLIVEIRA; PEREIRA JR, 2020). Como a Reforma trabalhista e as mudanças em decorrência do isolamento social são recentes, seus impactos ainda estão sendo observados e avaliados.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos adotados foram: 1) o levantamento bibliográfico; 2) a

análise de dados secundários extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo CAGED). Para a análise do trabalho de professores na educação básica, observou-se a movimentação da categoria a partir de ocupações selecionadas pelo Cadastro Brasileiro de Ocupações (CBO).

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Desde a vigência da Reforma Trabalhista de 2017, pudemos notar, com os dados do CAGED, que a categoria dos docentes do ensino básico privado do Nordeste possui uma dinâmica própria em seu mercado, com variação negativa do saldo de movimentação de contratos no fim do período letivo, especialmente em dezembro de 2017, 2018 e 2019 (saldo negativo de 4252, 3027 e 3381 respectivamente); a partir dos dados do Novo CAGED, em 2020, impactada pela reforma, a categoria foi fortemente impactada pela alta de demissões, a partir de abril, de modo que só há um saldo positivo nas contratações a partir de janeiro de 2021.

Com relação às modalidades de contratação desde a Reforma, notamos, a partir dos dados da CAGED, uma penetração constante, mas residual, do contrato intermitente, com pico em fevereiro de 2019 (28); em 2020, apesar de ainda não ser expressivo o número de professores admitidos, houve admissão constante de professores sob essa modalidade de contrato, especialmente em setembro de 2020 (23). Se tratando do contrato de trabalho parcial, os dados do CAGED mostram que é uma modalidade com presença maior na categoria (na casa das centenas), e segue tendência do total de contratos; os dados do Novo CAGED mostram a mesma tendência negativa constante que a do total de contratos no período pandêmico.

Observando modalidades de demissão do CAGED à luz da Reforma, notamos que a demissão por acordo entre empregado e empregador é uma constante, apesar de ser pouco expressiva (42 e 44, em dezembro de 2018 e 2019 respectivamente, são os maiores), especialmente comparados com desligamentos a pedido ou por demissão sem justa causa (na casa das centenas/milhares); os

dados do Novo CAGED mostram que o desligamento por acordo diminuiu no período pandêmico em relação aos anos anteriores, mas aumentaram os desligamentos por morte.

Por fim, procurando variação na remuneração dos docentes, os dados do CAGED entre o 4º trimestre de 2017 e o mesmo de 2019 mostra que há uma queda na remuneração nominal média trimestral dos docentes do ensino básico privado do Nordeste (R\$1108,91 no 4º trimestre de 2017, contra 1008,86 no mesmo período em 2019).

No geral, pudemos notar que há uma dinâmica própria do mercado de trabalho dos professores, não necessariamente impactado por novas modalidades da reforma (especialmente contratações intermitentes e desligamentos por acordo), bem como, desde 2017, o mercado da categoria vem se deteriorando (especialmente em 2020), enquanto sua remuneração já se mostrava negativamente impactada até 2019. As promessas da Reforma não se comprovaram.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação Joaquim Nabuco, à CNPq e a orientadora Darcilene Gomes e ao companheiro de pesquisa Matheus Cavalcanti pela contribuição à realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Pedro; CAVALCANTI, Matheus. Reforma Trabalhista de 2017: impactos nas movimentações contratuais dos docentes do ensino básico privado do Nordeste. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABET, XVII, 2021, Uberlândia. Anais..., Uberlândia, ABET, 2021.

CHAHAD, José Paulo Zeetano. *Reforma trabalhista de 2017: principais alterações no Contrato de Trabalho*. Temas de Economia Aplicada. São Paulo, Informações FIFE, out., 2017.

GALVÃO, Andréia et. al. Dossiê reforma trabalhista. In: TEIXEIRA, Marilane Oliveira et. al. (orgs). *Contribuição crítica à reforma trabalhista*. Campinas, SP: UNICAMP/IE/CESIT, 2017.

KREIN, José Dari.; et. al. Impactos da reforma trabalhista sobre o mercado de trabalho. In: KREIN, José Dari, et. al. (orgs.) *O trabalho pós-reforma trabalhista (2017)*, vol. 1. São Paulo: CESIT, 2021.

KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras de. Os impactos da Reforma nas condições de trabalho. In: KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras de; FILGUEIRAS, Vitor Araújo (org). *Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade*. Campinas: CurtNimuendajú, 2019.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; PEREIRA Jr., Edmilson. Desafios para ensinar em tempos de pandemia: as condições de trabalho docente. In: POCHMANN, Marcio.; OLIVEIRA, Dalila Andrade (orgs.) *A devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia*. Brasília: Positiva: CNTE, 2020.



EFEITOS DO ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA VIDA ESCOLAR DO ALUNO SOBRE RESULTADOS EDUCACIONAIS EM ESCOLAS PÚBLICAS DO RECIFE

Samuel de Albuquerque Rocha¹; Isabel Pessoa de Arruda Raposo²

¹Estudante do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas - DECON/UFRPE; e-mail: samuel.rocha.samuel009@gmail.com

²Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Estatísticas Sociais (NEES/ DIPES); e-mail: isabel.raposo@fundaj.gov.br

Link no *YouTube*: <https://www.YouTube.com/watch?v=qCb5pEGCZ6k>
Momento: 05:25:29

RESUMO: Estudos anteriores sugerem que há benefícios acadêmicos e melhorias socioeducativas e comportamentais quando a família de um aluno está diretamente envolvida em sua vida escolar, seja pai, mãe ou outros responsáveis. Neste projeto obtivemos estimativas de mudança de desempenho em alunos do 6º e 7º ano da Rede Pública do Recife, ao serem acompanhados diretamente por seus familiares e responsáveis em diversas atividades, com dados colhidos da Pesquisa Acompanhamento Longitudinal do Desempenho Escolar de Alunos da Rede Pública de Ensino Fundamental do Recife (FUNDAJ, 2018). Foi encontrado que alunos cujos pais frequentam o plantão pedagógico têm aumentos nas suas notas de Língua Portuguesa e de Matemática, ao passo em que alunos cujos pais castigam por notas baixas costumam ter um desempenho pior em avaliações seguintes. Também foi observada uma possível correlação entre comportamentos agressivos no lar e a prática de bullying em sala de aula.

Palavras-Chave: *Parenting; Bullying;* Escolaridade; Desempenho social; Acompanhamento Familiar.

INTRODUÇÃO

Com o avanço dos estudos na área da Pedagogia, têm sido feitas análises que demonstram a importância da atividade familiar no desenvolvimento socioeducacional de crianças. Dados da pesquisa *Acompanhamento Longitudinal do Desempenho Escolar de Alunos da Rede Pública de Ensino Fundamental do Recife* (Fundaj, 2018) apontam que os alunos de 7º ano de escolas públicas do Recife são acompanhados de perto na vida escolar por pai ou mãe, cerca de 89% dos alunos declararam que os pais são os responsáveis por participar de atividades como checar o boletim, ajudar na lição e outras. Entretanto, as respostas destes alunos também indicam que em quase metade dos casos, o pai nunca ajuda com o dever de casa, enquanto as mães tiveram uma participação maior na ajuda da lição, de quase 65%.

A literatura a respeito dos resultados do envolvimento familiar na vida escolar da criança enfatiza que a participação direta dos pais em atividades escolares, como frequentar o plantão pedagógico ou conversar com pais de outros alunos, leva a melhores resultados acadêmicos objetivos, como notas, e subjetivos, como desenvolvimento socioemocional (XU, CORNO, 2003). Há ainda uma linha de estudo que destaca também as expectativas que os pais e responsáveis têm sobre seus filhos, além de orientação nas tarefas e envolvimento em atividades da escola, como sendo uma das variáveis diretamente relacionadas ao bom desempenho escolar da criança (PHILLIPS, BROOKS-GUN, DUNCAN ET AL, 1998; YEUNG & PFEIFFER, 2009).

Embora os efeitos e desdobramentos do envolvimento familiar sobre resultados escolares já estejam bem documentados na literatura internacional (BOETHEL, 2003; BERTHELSEN, WALKER, 2008), no Brasil ainda não está bem estabelecida uma análise sobre esses efeitos em aluno de escolas públicas do Recife. O presente projeto de pesquisa pretende contribuir para esse debate, considerando-se o universo dos estudantes da pesquisa Fundaj (2018). Considerando as defasagens educacionais dos alunos de escola pública, descobrir a que nível a família brasileira tem sido influência transformadora ou mantenedora desta disparidade será especificamente relevante para o desenho de políticas afirmativas ou ações em conjunto para a transformação do cenário atual.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Além da revisão bibliográfica sobre o tema em pauta, para atender aos objetivos deste subprojeto serão utilizados os dados primários da pesquisa Fundaj (2018), que consiste em um acompanhamento longitudinal de informações sobre os mesmos alunos ao longo de dois anos letivos consecutivos, 2017 e 2018.

As análises serão baseadas em estatísticas descritivas e avaliação da influência da família através do coeficiente de correlação de Pearson encontrado entre as variáveis de interesse. Neste teste, X e Y representam as variáveis de interesse para a análise, em que Y denota as notas ou a prática de bullying e X as variáveis de suporte familiar, analisaremos a covariância entre elas, considerando suas variâncias individuais. O resultado encontrado será representado por ρ e equivale ao valor de correlação entre as duas. Quando ρ assumir um valor positivo, dá-se que a correlação entre X e Y é positiva e, quando negativo, a correlação será considerada negativa entre as variáveis, considerando que o valor da estimação seja significativa. O valor da estatística ρ varia entre -1 e 1.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Tabela 1 – Estimativas de Correlação entre as variáveis de interesse e as notas de Matemática e Português e Prática de Bullying

Variável de Interesse	Nota de Matemática	Nota de Português	Prática de Bullying
Conferir o Boletim	0,75%	2,26%	-
Ajudar com a lição	-4,40%***	-2,26%	-
Conversar com o Professor	-3,20%*	-2,00%	-
Comparecer ao Conselho	4,84%***	6,40%***	3,57%**
Elogiar por Notas boas	2,5%	3,97%**	-
Castigar por Notas ruins	-5,81%***	-7,28%***	1,45%
Conversar com o aluno sobre a escola	-1,75%	-1,47%	-7,06%***
Repreender uma nota baixa, apenas conversando	-	-	-0,93%
Gritar por Notas ruins	-	-	10,85%***
Bater por Notas ruins	-	-	5,61%***
Cobrar que o aluno estude para as provas	-	-	-4,28%***

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Fundaj (2018).

Notas: Resultados representam as estimativas de correlações. * significativa a menos de 10%; ** significativa a menos de 5%; *** significativa a menos de 1%.

Os resultados demonstrados na tabela acima evidenciam correlações entre as variáveis de interesse, em especial o comparecimento do responsável ao Conselho Escolar, ou Plantão Pedagógico, significativa para as duas matérias analisadas. A hipótese do reforço positivo se mostrou significativa nas provas de Português, o encorajamento se mostra eficaz para que a criança alcance notas melhores. Os resultados da Tabela 1 vão de acordo com a literatura internacional: responsáveis que usam de violência, verbal ou física, transmitem este comportamento aos filhos, explicitado nos índices de prática de bullying. A correlação positiva entre estudantes que praticam bullying e pais que comparecem ao conselho escolar possivelmente está capturando a maior necessidade da presença parental na escola para mitigar o comportamento agressivo do estudante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura internacional traz consistentemente que crianças com pais mais envolvidos costumam alcançar melhores resultados acadêmicos tanto objetivos, como notas e aprovações em vestibulares, quanto subjetivos, como participação em sala de aula e confiança, também observado nas escolas públicas do Recife. O comportamento da família é particularmente influente no comportamento da criança, ao serem observadas correlações positivas e significantes entre pais que usam de violência, e indicadores de agressão em sala. Apesar de poucas incidências de bullying, mediante respostas dos alunos, os resultados mostram a relação entre práticas agressivas em casa e casos de violência entre os alunos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Isabel Pessoa, pela orientação, dicas e todo o aprendizado. À coordenação do PIBIC-Fundaj pela oportunidade desta pesquisa. E agradeço também à coordenação do Departamento de Economia da UFRPE, sempre solícita em auxiliar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

XU, Jianzhong; CORNO, Lyn: Family Help and Homework Management Reported by Middle School Students, 2003. *The Elementary School Journal*, 106. Acesso em 10 de Fevereiro de 2021.

BOETHEL, Martha: Diversity School, Family, & Community Connections Annual Synthesis, 2003. Acesso em 19 de Fevereiro de 2021.

BERTHELSEN, Donna; WALKER, Sue: Parents' Involvement in Their Children Education, 2008. *Australian Institute of Family Studies N°79*. Acesso em 23 de Fevereiro de 2021.

YEUNG, Wei-Jun J.; PFEIFFER, Kathryn M.: The black–white test score gap and early home environment, 2009. *Social Science Research*, 38 p.412-437. Acesso em 20 de Fevereiro de 2021.

PHILLIPS, Meredith, BROOKS-GUNN, Jeanne, DUNCAN, Greg J.: Family backgrounds, parenting practices and the Black-White test score gap, 1998. *Brookings Institution Press*, p103-145. Acesso em 22 de Fevereiro de 2021.



IMPACTOS DA MERENDA ESCOLAR SOBRE O DESEMPENHO ACADÊMICO DE ALUNOS DE ESCOLAS PÚBLICAS DO RECIFE

Bruna Marianne Viana dos Santos¹; Isabel Pessoa de A. Raposo²

¹Estudante do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas - UFRPE; e-mail: brunamarianne13@gmail.com

²Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Estatísticas Sociais (NEES/ DIPES); e-mail: isabel.raposo@fundaj.gov.br

Link no *YouTube*: <https://www.YouTube.com/watch?v=qCb5pEGCZ6k>

Momento: 05:42:20

RESUMO: A literatura que trata sobre os impactos do acesso à alimentação no sucesso escolar de crianças aponta para a influência positiva de uma dieta adequada e bons rendimentos escolares, psicológicos e cognitivos, além de melhorias comportamentais. Neste projeto, estudou-se o efeito do acesso à merenda sobre o desempenho acadêmico de alunos da rede pública do Recife, em 2017 e 2018. O desempenho foi medido via de testes acadêmicos e a amostra foi sorteada em grupos que receberam e não receberam a merenda antes dos testes. Foi utilizado o método de diferença de médias para análise das notas. Foi visto que os alunos alimentados previamente tiveram notas maiores. Em alguns casos, a diferença chegou a 11 pontos de vantagem para os alimentados. O resultado aponta a presença de externalidade positiva entre alimentação e o desempenho acadêmico da amostra.

Palavras-chave: Desempenho acadêmico; alimentação, sucesso escolar.

INTRODUÇÃO

Segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018 realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a insegurança alimentar estava presente em 36,7% dos lares do país. De acordo com a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde realizada no Brasil em 2006, também pelo IBGE, dentre as regiões do país, a Norte e a Nordeste são as que apresentam mais crianças vivendo nessas condições.

Conhecida como ferramenta de transformações sociais, a educação é tida como ponto crucial para diminuição da pobreza. Em relação a educação básica, um ensino frágil resulta em altas taxas de evasão e baixo aprendizado, sendo o último um dos fatores que contribui para a permanência de famílias em situações de pobreza.

Mudanças externas, como a vivência da insegurança alimentar, podem prejudicar a aprendizagem infantil e foi dessa preocupação que surgiu o subprojeto “Impactos da merenda escolar sobre o desempenho acadêmico de alunos de escolas públicas do Recife”

(derivada do projeto “Acompanhamento Longitudinal do Desempenho Escolar de Alunos da Rede Pública de Ensino Fundamental do Recife” da Fundação Joaquim Nabuco).

A escassez de trabalhos brasileiros sobre, em comparação ao mundo, foi outro motivador. Pesquisas internacionais concluíram que o acesso a uma alimentação adequada influencia positivamente a performance escolar e cognitiva de crianças em idade escolar (Frisvold, David E, 2015; Aurino et al, 2019). Outros afirmam que o oriundo do ganho de alimentação varia de acordo com a situação socioeconômica (TARAS, Howard, 2005; Dotter, Dallas D., 2013;), e que em países com desenvolvimento econômico/social em evolução, como o Brasil, o impacto é mais expressivo (Aurino et al, 2019). Neste sentido, a pesquisa tem como objetivo mensurar o impacto do recebimento de merenda no desempenho escolar de crianças matriculadas na rede de ensino público do Recife, durante 2017 e 2018.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo contou com uma base oriunda do projeto citado anteriormente. A amostra, composta por 3938 crianças do 6º e 7º ano de escolas públicas do Recife, respondeu testes de Português e Matemática no começo e final dos anos de 2017 e 2018. O desenho da intervenção se deu com a divisão da amostra aleatoriamente, onde os alunos se alimentaram ou não antes da aplicação dos testes. A relação foi observada através de cálculos de diferença de médias considerando os resultados.

Inicialmente, havia a previsão da utilização do método das diferenças em diferenças, para lidar com a migração de alunos entre os grupos. Em razão da vigência do Programa de Iniciação Científica – PIBIC FUNDAJ ter sido inferior aos 12 meses estabelecidos, não houve tempo hábil para implementação do método. Optou-se, assim, em explorar apenas à randomização via sorteio e avaliar a partir de testes de diferenças de médias entre os grupos sorteados ou não para o recebimento da merenda previamente.

O teste T de Student é um teste de hipóteses que usa conceitos estatísticos para rejeitar, ou não, hipóteses estabelecidas. Pode ser empregado com fórmulas variadas a depender do objetivo da comparação e da amostra. No caso atual, usou-se o teste com o objetivo de observar se há similaridades, ou não, entre duas amostras extraídas de uma mesma população, mas com tamanhos e variâncias diferentes. De modo específico, verificar se há diferenças entre o desempenho do grupo de tratamento, composto por alunos que se alimentaram antes da aplicação dos testes, e o grupo de não tratamento. O teste seguiu a lógica da fórmula abaixo.

$$t = \frac{\bar{x}_1 - \bar{x}_2}{S_{\bar{x}_1 - \bar{x}_2}}$$

Onde: n : Tamanho da amostra; \bar{x} : Média; s : Desvio padrão; μ_0 : Valor fixo usado para comparação com a média.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Embora o sorteio seja eficiente na seleção amostral, o teste t utilizou a variável sorteio em conjunto com outro indicador de que o aluno de fato se alimentou antes das provas. Isso ocorreu pois, embora a amostra seja aleatória, os

alunos puderam optar por se alimentar ou não antes da avaliação, migrando entre os grupos. Partindo desse pressuposto, houve outra restrição da amostra.

Tabela 01: Diferença de médias Amostra Restrita

Desempenho dos Alunos Amostra Restrita		T	C	T-C	P valor
2017	Nota de Português (começo do ano)	51,24	39,91	11,33	0,00
	Nota de Matemática (começo do ano)	46,97	39,85	7,12	0,00
	Nota de Português (final do ano)	48,00	42,42	5,58	0,00
	Nota de Matemática (final do ano)	45,99	41,14	4,85	0,00
2018	Nota de Português (começo do ano)	53,96	52,48	1,48	0,32
	Nota de Matemática (começo do ano)	31,23	30,45	0,78	0,60
	Nota de Português (final do ano)	36,74	31,96	4,78	0,00
	Nota de Matemática (final do ano)	36,33	33,02	3,32	0,04

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da FUNDAJ (2018).

Na tabela acima, há forte diferença positiva nos rendimentos dos alunos alimentados previamente. As diferenças são maiores quando se observa os resultados das quatro provas de 2017, principalmente as do início do ano, onde as diferenças ultrapassaram 5 pontos entre os grupos. Os resultados obtidos nos testes de médias para a mostra restrita reafirmam o que foi visto na literatura. Os trabalhos encontrados afirmam existir relação positiva entre o acesso a alimentação nas escolas e melhores rendimentos educacionais (Yao, Jijun, Liu, Yanli, Zhou, Shike. 2019; Aurino, E., Gelli, A., Adamba, C., Osei-Akoto, I., Alderman, H. 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto explorou uma intervenção de distribuição da merenda antes (ou depois) de testes de conhecimento para avaliar os efeitos desse tipo de alimentação sobre o desempenho acadêmico. Os dados são provenientes do projeto principal (FUNDAJ, 2018) e avaliam esse efeito em adolescente do 6° e 7° ano do ensino fundamental de escolas do Recife, durante os anos de 2017 e 2018.

O método de análise de baseou em teste de hipóteses de diferenças de médias entre os grupos de tratamento e controle randomicamente selecionados a partir do desenho da intervenção. As estatísticas mostraram uma diferença significativa e positiva nas médias dos testes, especialmente no primeiro ano da pesquisa, como na Prova 1 onde as diferenças de médias entre os grupos chegou a 11 pontos de vantagem para os alunos alimentados. Os resultados vão ao encontro

das conclusões obtidas no material usado como referência, onde os artigos afirmam existir uma relação positiva entre o acesso a programas de alimentação e melhores rendimentos acadêmicos.

Todavia, vale a pena ressaltar que, durante a pesquisa, buscou-se identificar relações entre o acesso a merenda e o desempenho dos alunos. É válido salientar que esta pesquisa não fornece embasamento acerca da nutrição pregressa dos alunos e sua relação com a performance escolar, dado que a variável usada indicava apenas se o aluno se alimentou ou não previamente. Além disso, uma boa performance pode ser explicada, ainda, pelo efeito temporário da alimentação, como elevações nos níveis de glicogênio.

Por fim, dada a relevância do tema, tais resultados não deixam de possuir importância para o meio científico e para a criação/manutenção de políticas públicas que possibilitem assistência a crianças em situação de insegurança alimentar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação Joaquim Nabuco pela persistência em promover a ciência apesar das adversidades. Agradeço também à minha orientadora pelo empenho e didática excelentes. Agradeço aos meus pais pelo apoio e paciência.

REFERÊNCIAS

[Base de dados] FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO (FUNDAJ). **Acompanhamento longitudinal do desempenho escolar de alunos da rede pública de ensino fundamental do Recife**. Recife: Ministério da Educação – FUNDAJ, 2013.

AURINO, Elisabetta, FLEDDERJOHANN, Jasmine, VELLAKKAL, Sukumar. Inequalities in adolescent learning: Does the timing and persistence of food insecurity at home matter?, **Economics of Education Review**, v. 70, p. 94-108, 2019.

DOTTER, D. D. Break fast at the desk: The impact of universal breakfast programs on academic performance, **Mathematica Policy Research**, 2013.

FRISVOLD, David. Nutrition and Cognitive Achievement: Na Evaluation of School Breakfast Program, **Journal of Public Economics**, v. 124, p. 91-104, 2015.

TARAS, Howard. Nutrition and Student Performance at School. **The Journal of school health**, v. 75, p. 199-213, 2005.

Yao, Jijun, Liu, Yanli, Zhou, Shike. (2019) Effect of Eating Breakfast on Cognitive Development of Elementary and Middle School Students: An Empirical Study Using Large-Scale Provincial Survey Data. **Clinical Reserach**. 8843-8853, 2019



Educação no Nordeste: padrões e tendências

Catarina Luísa Alves de Araújo¹; Diogo Henrique Helal²

¹Estudante do Curso de Ciência Política- DCP/UFPE; e-mail: catarina.luisa@ufpe.br

²Pesquisador da Diretoria de Pesquisas Sociais (NISP/DIPES); e-mail: diogo.helal@gmail.com

Link no *YouTube*: <https://www.YouTube.com/watch?v=qCb5pEGCZ6k>

Momento: 06:26:00

RESUMO: O presente trabalho busca realizar um levantamento não sistemático de estudos a respeito da educação no Nordeste nas principais plataformas do país, para verificar na literatura as principais fragilidades na região. O objetivo específico, é apresentar um levantamento de indicadores para a Região Nordeste. Para tanto, foram feitas pesquisas bibliográficas com as palavras-chave e leitura dos trabalhos relevantes. Além disso, foram coletados dados no Inep e IBGE dos indicadores para a região e análise desses dados. Em vista disso, percebe-se que a região carece de investimentos na educação, além de boa gestão destes recursos. Os melhores resultados no Ideb ao longo dos anos foram encontrados nos municípios de Carnaíba, Afogados da Ingazeira e Fortaleza. De forma oposta, Natal obteve menor desvio padrão das notas ao longo dos anos. Por fim, chama atenção que a taxa de matrículas aumentou na educação infantil, enquanto que no ensino fundamental foi identificado um decréscimo.

Palavras-chave: educação; municípios; nordeste.

INTRODUÇÃO

Não parece haver dúvidas acerca da relevância da educação para o desenvolvimento de um país. Apesar de se reconhecer a importância dos investimentos em educação como política pública primordial no Brasil, o país apresenta evidências científicas abundantes que permitem afirmar que possuímos um sistema educativo de baixa qualidade, que amplia e perpetua as desigualdades sociais e regionais.

Este trabalho preocupa-se, em particular, com a apresentação de um panorama da educação no Nordeste na última década. Acredita-se que a dimensão continental de nosso país leva a desafios regionais em todas as áreas, e, em particular, na educação.

Com vistas a contribuir com o entendimento do panorama da educação no Nordeste, o presente trabalho tem como objetivo geral realizar um levantamento não sistemático de estudos prévios sobre educação no Nordeste, com vistas a identificar, quais são os principais problemas apontados na educação na região. Como objetivo específico, busca-se realizar um levantamento de indicadores sobre educação no Nordeste, no período de 2010 a 2019, sobretudo no tocante à educação básica, permitindo apresentar a evolução de indicadores sobre educação no Nordeste.

Com relação ao financiamento da educação, a literatura apontou para um aumento do financiamento da União com a criação do Fundeb, em relação ao Fundef (MENDES, 2012). No entanto, o incremento federal ainda é baixo para conseguir garantir uma boa educação nos estados e municípios, principalmente naqueles com menor capacidade de arrecadação de tributos municipais (CASTRO, 2007; DAVIES, 2016). Assim, nenhum dos dois fundos conseguiu, de forma efetiva, atenuar as desigualdades regionais encontradas na educação (PINTO, 2007, COSTA, 2013).

Muitos estudos destacaram a má gestão como uma grande problemática que interfere consideravelmente na oferta deste serviço na região Nordeste (PINTO, 2007; CAMPOS & CRUZ, 2009). Ademais, foi constatado a ausência de um bom cálculo de custo por aluno da educação básica que assegure um padrão mínimo de

qualidade levando em consideração as necessidades individuais de cada localidade (ARAÚJO,2012).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para responder aos objetivos do trabalho, foi realizada pesquisa bibliográfica em portais de periódicos (SCIELO), institutos de pesquisa (IBGE e IPEA) sobre educação no Nordeste. Adicionalmente, foram levantados os seguintes indicadores para a Região Nordeste a partir do portal do IBGE de 2010 a 2018:

- Matrícula no Ensino Infantil;
- Matrícula no Ensino Fundamental;
- Desempenho em todos os IDEBs já realizados na educação básica a partir do portal do Inep, utilizando o intervalo de tempo de 2005 a 2019.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Foram coletadas as notas do Ideb do ano de 2005, ocasião em que foi aplicado o primeiro exame desta modalidade até 2019, das capitais dos estados da região do Nordeste- Aracaju, Fortaleza, João Pessoa, Maceió, Natal, Recife, Salvador, São Luís, Teresina- e também dos municípios de Afogados da Ingazeira, Carnaíba, ambos situados no estado de Pernambuco e Mata de São João, localizado no estado da Bahia. Os melhores resultados foram encontrados nos municípios de Carnaíba, Afogados da Ingazeira e Fortaleza, que atingiram todas as metas projetadas nos dois níveis de ensino- Ensino Fundamental I e II. Tal sucesso foi observado na rede pública de uma forma geral, podendo ser um indicativo de que estes municípios souberam realizar uma boa alocação dos recursos em todas as séries do Ensino Fundamental e de forma homogênea.

Com relação a quantidade de matrículas, pode-se observar um padrão de crescimento na taxa de matrículas no Ensino Infantil e no Ensino Fundamental, com dois picos de elevação e redução. Nos estados, por sua vez, nota-se o decréscimo das matrículas nos anos finais do Ensino Fundamental em todos os estados do Nordeste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica claro que ainda há um longo caminho a percorrer para que toda a região Nordeste ofereça uma educação básica de qualidade. Para tal, é crucial que haja uma gestão eficiente dos recursos e que eles sejam destinados baseados na realidade dos diferentes municípios do Brasil.

Diante de todos os dados analisados, percebe-se uma heterogeneidade educativa, com alguns locais apresentando melhores resultados no Ideb do que outros. Ainda se percebe que há diferenças bastante significativas quanto à qualidade da educação no nível subnacional, e uma das razões é decorrente do custo por aluno ser inferior ao que seria necessário para oferecer uma boa educação. Como o presente trabalho não teve como foco explorar minuciosamente possíveis variáveis para essas diferenças, fica como agenda de pesquisa para futuros trabalhos explorar variáveis contextuais e endógenas nesses municípios que possam ter contribuído para esses resultados, uma vez que, a literatura a respeito da educação mostrou que muitas variáveis importam na qualidade da educação.

AGRADECIMENTOS

A CNPq e a Fundaj pelo Programa de Iniciação Científica e ao orientador Diogo Henrique Helal pelo seu excelente trabalho como orientador durante esses doze meses.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. L. S. Desvendando o perfil dos gastos educacionais dos municípios brasileiros. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1215-1233, 2012.

CAMPOS, B. C.; CRUZ, B. de P. A. Impactos do Fundeb sobre a qualidade do ensino básico público: uma análise para os municípios do estado do Rio de Janeiro. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 371-393, 2009.

CASTRO, J. A. Financiamento e gasto público na educação básica no Brasil: 1995-2005. *Educ. Doc.*, Campinas, vol. 28, n. 100, p. 857-876, 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 03 dez. 2020.

COSTA, F. L. O. A dinâmica dos recursos fiscais com as políticas de fundos contábeis para o financiamento da educação no Brasil (1998-2010). *Revista HISTERD*, Campinas, nº49, p. 97-123, 2013. ISSN: 1676-258.

DAVIES, N. A política educacional nos governos do PT: continuidades ou discontinuidades em relação aos do PSDB? Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 67, p. 39-52, 2016. ISSN: 1676-2584.

PINTO, J. M. de R. A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 877-897, 2007.



A REGULAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE DIREITO COMPARADO BRASIL, UNIÃO EUROPEIA E ESTADOS UNIDOS

Mariana Medeiros Lessa¹; Luís Henrique Romani de Campos²

¹Estudante do Curso de Direito – Unicap; e-mail: mariana.2020103382@unicap.br,

² Pesquisador da Diretoria de Pesquisas sociais – Dipes; e-mail: luis.campos@fundaj.gov.br

Link no *YouTube*: <https://www.YouTube.com/watch?v=qCb5pEGCZ6k>

Momento: 06:20:26

RESUMO: A presente contribuição acadêmica desenvolveu um estudo com o objetivo de estabelecer uma análise comparada entre a regulação dos ensinos superiores na União Europeia, Estados Unidos e Brasil. Para tal, foi realizada uma revisão narrativa. A partir dos resultados obtidos, se identificou que União Europeia, Estados Unidos e Brasil têm em comum a facilidade de investimentos no ensino superior e uma avaliação constante de qualidade do ensino. Ainda, é possível inferir que as diferenças encontradas são indicadores que, de certo modo, justificam a pluralidade de estruturas e contextos observados pela sociedade, tanto na qualidade como na quantidade de instituições de ensino superior, tais como o sistema de grau acadêmico e a forma de parcerias entre empresas e Universidades.

Palavras-chave: Educação; Legislação; Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

A análise no tocante ao aparato legal e regulatório do ensino superior na União Europeia, Estados Unidos e Brasil, bem como a comparação desses sistemas tecendo correlação com o seu funcionamento, lança luz para a análise e desdobramentos que repercutem em possíveis caminhos para o aperfeiçoamento da estrutura legal e regulatória do ensino superior nacional. De posse desse entendimento, realizou-se uma análise crítica das legislações educacionais e a exploração do papel das legislações dos territórios em pauta, dentro do processo histórico até o momento atual. Este relatório aponta as convergências e diferenças entre os três marcos legais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atender aos objetivos delineados nessa contribuição acadêmica, fez-se uso de uma abordagem metodológica de perspectiva qualitativa, de procedimento bibliográfico e documental, natureza básica e cunho descritivo. Foi realizado um estudo de revisão narrativa, a qual objetivou descrever e discutir o estado da arte sobre o ensino superior na União Europeia, Estados Unidos e Brasil, sob ponto de vista teórico e contextual. Para a construção da revisão teórica foram utilizados artigos e contribuições acadêmicas que dialogam com a perspectiva abordada na temática desse estudo. As informações coletadas foram analisadas, organizadas e descritas de forma narrativa. A análise consistiu em três fases: I) levantamentos bibliográficos e documentais com as temáticas: legislação do ensino superior, programas de governo para o ensino superior, programas de financiamento do ensino superior; II) sistematização, e III) comparação dos sistemas.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

A mais importante lei para o ensino superior na União Europeia surgiu a partir do Tratado de Bolonha em 1999. O Tratado permitiu uma espécie de unificação de ensino em todo o continente. Além disso, estabeleceu algumas linhas de ação, tais como: criação de um sistema de graus e o estabelecimento de mecanismo de transferência e acumulação de crédito e uma avaliação constata da

qualidade do ensino a partir de uma aliança entre os países do acordo (FERREIRA, p.5, 2010).

A principal característica do tratado são as frequentes avaliações de ensino, que permitem a homogeneização da qualidade do ensino ofertado em toda a União Europeia. FERREIRA (2010) defende que o Processo de Bolonha se consolidou a partir do entendimento que a construção da União Europeia transpassava o caráter econômico, sendo necessária uma unificação cultural.

No contexto norte americano cabe destacar a lei educacional americana *Bayh-Dale Act*. Sua finalidade é tratar da transferência de tecnologia e de recursos de empresas privadas para universidades (CRUZ, SOUZA, p. 339, 2014). Na referida lei são propostas algumas diretrizes e regulamentos a serem seguidos por cada instituição. A fiscalização em âmbito estadual é feita pelo Departamento de Educação de cada estado e este, por sua vez, é monitorado pelo departamento de Educação federal (GIANEZINI, ALLEN, p. 8. 2018).

No Brasil, em 1968, foi elaborada a Reforma Universitária na qual as principais mudanças propostas foram a valorização de instituições de ensino de caráter privado, além de uma maior valorização da ciência, tangenciando a visão positivista de valorização das ciências não humanistas (COSTA, p. 18, 2009)

A Constituição Cidadã, alterou parte da Reforma Universitária, mas avança na permissão das instituições de ensino privado. Na CF/1988, art. 209, incisos I e II, é permitido o ensino privado, desde que esse cumpra as normas gerais da educação nacional e autorize a avaliação de qualidade administrada pelo Poder Público. Isto abre a possibilidade da existência de universidades com fins lucrativos.

Após a redemocratização, surge, em 1996, a Lei Nº 9.394, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional. A partir dessa lei, foi proferido quais seriam os programas do ensino superior: graduação, pós-graduação e o de extensão. Além disso, ocorreu uma maior fiscalização ao ensino nas instituições.

Outra importante lei foi outorgada no ano de 2004, a chamada de Lei da Inovação Tecnológica. O seu ordenamento se assemelha muito com a *Bayh-Dale Act*. A principal semelhança da lei brasileira e estado-unidense é a facilitação da

transferência de tecnologia entra instituições de ensino superior públicas e privadas e as empresas (CRUZ, SOUZA, p.337, 2014). Embora semelhantes, a Lei de Inovação Tecnológica possui algumas diferenças da *Bayh-Dale Act*. No que diz respeito ao caráter das empresas, a *Bayh-Dale Act* tem como prioridade pequenas empresas, já na Lei de Inovação Tecnológica não há essa prioridade. Além de que a lei dos Estados Unidos não prever incentivos ao contrário da brasileira (CRUZ, SOUZA, p. 344, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a elaboração do estudo foram identificadas semelhanças nos sistemas de leis voltados ao ordenamento do ensino superior da União Europeia, Estados Unidos e Brasil, como, por exemplo, a facilitação da parceria entre empresas e instituições de ensino na União Europeia presente no Tratado de Bolonha. nos Estados Unidos protocolado na *Bayh Dale Act* e no Brasil previsto pela Lei de Inovação e Tecnologia. Contudo, além das semelhanças, também há diferenças, tais como a forma que as parcerias com as empresas são feitas. No modelo estado-unidense é previsto que as pequenas empresas sejam privilegiadas com essa colaboração, no Brasil, por sua vez, as empresas com maior porte têm maior facilidade de estabelecer relação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntária da Fundação Joaquim Nabuco pela oportunidade e ao meu orientador pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, p. 125, 2016.

BRASIL – **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

COSTA. B. **O Ensino Superior na Ditadura Militar brasileira: um olhar através da “Revista MEC”**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CRUZ. H. N.; SOUZA, R. F. Sistema Nacional de Inovação e a Lei da Inovação: análise comparativa entre o Bayh-Dole Act e a Lei da Inovação Tecnológica. **INMR - Innovation & Management Review**, v.11, n.4, p. 329-354, 2014.

FERREIRA. S; OLIVEIRA, J.F. As Reforma da educação superior no Brasil e na União Europeia e os novos papéis das universidades públicas. **Nuances: estudos sobre Educação**. v. 17, n. 18, p. 50-67, 2010

GIANEZINI. K, ALLEN, W. R. Notas acerca do desenvolvimento da educação superior nos Estados Unidos e no Brasil: cronologia dos aspectos históricos, sociais e educacionais. **Estúdios Históricos** n. 19, p. 1-23, 2018.

PÔRTO-JUNIOR F. **Processo de Bolonha: história, formação e ensino na União Europeia**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, p. 31-100, 2017



OS HOTÉIS E Pousadas E A CONTAMINAÇÃO POR PETRÓLEO DAS PRAIAS DO NORDESTE

Marcos Vinicius Neri da Silva¹; Luís Henrique Romani de Campos²

¹Estudante do Curso de Ciências Econômicas – Universidade Federal Rural de Pernambuco;
e-mail: marcosvinicius0568@gmail.com

²Pesquisador da Diretoria de Pesquisas Sociais – Dipes; e-mail: luis.campos@fundaj.gov.br

Link no *YouTube*: <https://www.YouTube.com/watch?v=qCb5pEGCZ6k>
Momento: 06:41:33

RESUMO: Em virtude do desastre natural do derramamento de petróleo na região do Nordeste do Brasil no ano de 2019, a Diretoria de Pesquisas Sociais - Dipes realizou pesquisa de campo a fim de entender os impactos socioeconômicos acarretados sobre as populações nas regiões afetadas. O presente trabalho teve como objetivo central verificar se houve uma diminuição de empregos nos municípios atingidos pelo derramamento do óleo em 2019 com foco nos hotéis e pousadas, tendo por base essa pesquisa de campo. Primeiramente, foi realizada uma análise de estatística comparativa entre o banco de dados disponibilizado pela Fundação Joaquim Nabuco -Fundaj e os bancos de dados da Relação Anual de Informações Sociais - Rais para os anos de 2018 e 2019, com a aplicação de testes qui quadrado. Utilizou-se a classificação dos municípios atingidos proposta pela equipe da pesquisa da Dipes para estimar as demissões por classes de municípios e de tamanho de estabelecimento. Também foi realizada a projeção da perda de emprego no setor em estudo, em decorrência do derramamento de petróleo. Os resultados sobre as inferências não demonstraram homogeneidade entre os municípios atingidos, contudo, ficou claro que os municípios com economia especializada no turismo foram os mais prejudicados.

Palavras-chave: Alojamentos; Empregos; Derramamento de petróleo; Praias.

INTRODUÇÃO

Entre o final de agosto de 2019 e início de 2020, diversas praias do Nordeste brasileiro foram atingidas por extensas manchas de petróleo. Em 28 de dezembro de 2019, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, em levantamento parcial, computou um total de 92 municípios atingidos em mais de 200 ocorrências (FERREIRA et.al). Ao longo do levantamento dos demais dados de interesse dessa contribuição acadêmica, foram identificadas novas localidades atingidas, por meio do último levantamento feito pelo Ibama em março de 2021, totalizando 110 municípios e 830 localidades.

Entre as áreas atingidas estão todos os estados do Nordeste e alguns estados do Sudeste, grandes centros urbanos, importantes polos turísticos e diversas unidades de conservação ambiental. É possível inferir que, certamente, trata-se de um desastre de origem industrial sem precedentes na história brasileira (FERREIRA et.al). A Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco realizou pesquisa de campo em uma amostra de 40 municípios e com diversos públicos-alvo potencialmente atingidos pelo derramamento de petróleo. Esse trabalho realizou a extrapolação dos dados inicialmente obtidos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O planejamento amostral da pesquisa da Fundaj foi realizado com o derramamento ainda em curso, o que fez com que o número final de municípios atingidos fosse maior. Com base na listagem final de municípios atingidos obtidos no Ibama e da Relação Anual de Informações Sociais – Rais com o recorte na classificação CNAE 2.0, no segundo dígito, foram extraídas informações do emprego das cidades atingidas.

Nesse trabalho se considerou a expansão dos dados levantados na pesquisa amostral. Os anos de 2018 e 2019 foram as fontes de informações, uma vez que permitem vislumbrar dois momentos, um anterior e outro posterior ao evento. Foi realizado teste de *qui* quadrado para verificar se a amostra da Fundaj apresentava-se coerente com o universo final de municípios concluindo-se pela sua aderência, permitindo efetuar extrapolações.

Foram analisados os dados da coleta de campo para estimar o número de pessoas demitidas em função do tipo de município e do tamanho do estabelecimento. Depois disso, foi extrapolado esse número para o universo a partir dos dados da Rais de 2018 e da estimativa obtida na amostra. Para o cerne do estudo, foram feitas algumas estimativas em regiões classificadas por: municípios pesqueiros com a população de até 21.156 habitantes, turísticos com até 37.804 de habitantes e, por fim, cidades de grande porte com população de 602.976 ou mais.

RESULTADOS/ DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa permitem observar quais foram os tipos de municípios mais afetados e a quantidade de demissões do setor de hotéis e pousadas. Os dados demonstram que, aproximadamente, 160 pessoas foram desligadas no período da tragédia ocorrida.

As variáveis não permitem observar homogeneidade dos resultados tanto nos municípios quanto nos estabelecimentos que registram demissão. Uma possível explicação para isso é o fato de que a infraestrutura das cidades diverge em vários aspectos. Exemplo disso é a identificação de que as maiores perdas de postos de trabalho se concentraram em municípios de características turísticas, onde cerca de 79,38% dos postos de emprego foram perdidos.

Vale salientar que os municípios considerados como de grande porte não sofreram variações de demissões interessantes para essa pesquisa, a possível explicação para isso é que as cidades maiores mantiveram o fluxo de visitantes independente de condições adversas.

Os municípios considerados como pesqueiros não foram afetados de uma forma tão agressiva, quanto os turísticos. Esses municípios possuem economias mais dependentes do setor público. Ou seja, a prefeitura é a grande empregadora e quem puxa a demanda local. Essa ação do estado é explicada pelo fato de que os principais prejudicados nessas regiões são as pessoas, em sua grande maioria, que dependem exclusivamente da atividade pesqueira tanto para subsistência quanto para aquisição da renda familiar, como explicitado no trabalho dos professores da Fundaj - Ferreira et al. (no prelo). Soma-se a isso o fato de não terem formação básica ou,

ainda, nível médio completo. Os municípios com esse perfil agravaram cerca de 20,65% as perdas de postos de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente, o estudo evidenciou que o desastre do derramamento do petróleo provocou perda econômica, além de ambiental, em certas áreas por ele atingidas. Os dados expostos ao longo desse estudo demonstram que o objetivo central proposto foi atingido. O desastre ocasionou perdas de postos de emprego nos municípios caracterizados como turísticos e, além disso, perdas de fauna e flora e na riqueza biológica das regiões afetadas, como é constantemente citado nos materiais de apoio teórico para o desenvolvimento deste estudo.

Muitas são as possibilidades de estudos futuros e de desdobramentos sobre a temática ora abordada. Entre essas oportunidades, ressalta-se a realização de um recorte histórico e revisão bibliográfica que evidencie ações tomadas de diferentes governos em momentos como esses aqui no Brasil, a fim de servir, potencialmente, como norteador para políticas públicas que atuem mais diretamente e especificamente nesses cenários.

Ainda, cabe destacar que a presente contribuição científica enriquece o debate científico, sobretudo daqueles que tenham o tema sobre desastres ambientais como problemática.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntária da Fundação Joaquim Nabuco pela oportunidade de auferir resultados que espero serem de valia para o estudo científico brasileiro. De mesmo modo, agradeço ao meu orientador pelos ensinamentos e correções também agradeço a sua assistente pelo trabalho de apoio excepcional.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Beatriz Mesquita Pedrosa; BONFIM, Cristiane Vieira do; RAPOSO, Isabel Pessoa de Arruda; QUINAMO, Tarcisio dos Santos; CAMPOS, Luís Henrique Romani de Campos. socio-environmental disasters and their impacts: socioeconomic consequences of the oil spill in the northeastregion of brazil AABC. No prelo.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Localidades atingidas: Brasília, 04 de mar. de 2020. Disponível em: <<http://ibama.gov.br/manchasdeoleo-localidades-atingidas>>. Acesso em: 03 de abr. de 2021.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. RAIS - Relação Anual de Informações Sociais 2018 e 2019. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_estabelecimento_id/login.php>. Acesso em: 05 de abr. de 2021



PETRÓLEO NA COSTA NORDESTINA: IMPACTOS AOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DO ESTADO DA BAHIA

Juliana Vieira de Melo Giusti¹; Beatriz Mesquita Pedrosa Ferreira²

¹ Estudante do Curso de Engenharia de Pesca - DePAq/UFRPE; e-mail: juliana.vmelo@gmail.com

² Pesquisadora da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj (CECIM/DIPES); e-mail: beatriz.mesquita@fundaj.gov.br

Link no *YouTube*: <https://www.YouTube.com/watch?v=nonKu44Qa4c>

Momento: 00:27:42

RESUMO: Visando avaliar o impacto do derramamento de petróleo na pesca artesanal da Bahia, foi analisado Banco de Dados estadual (605 entrevistas) e realizada pesquisa de campo (40 entrevistas) na Reserva Extrativista de Corumbau. Nas pesquisas qualitativa e quantitativa, ambos com 85% declaram pesca como atividade principal e são registrados no Ministério da Agricultura (55% e 51,5%). Além do impacto ao meio ambiente, afirmaram que o óleo causou danos aos territórios (95 e 92,4%), com perda financeira: 24 declararam renda nula nos primeiros meses e 16 tiveram redução da receita (50% a 70%) em Corumbau; enquanto 86,4% tiveram redução média de 470 reais na renda familiar na pesquisa quantitativa. A sociedade civil realizou a limpeza das praias, e pequena parcela dos entrevistados citou que órgãos públicos de diferentes instâncias também atuaram: marinha, ICMBio, Exército e prefeituras. Logo após o desastre, a pandemia ocasionou a desarticulação das comunidades, visto que muitos pescadores (as) não possuem condições de acesso remoto. Observou-se a resiliência dos povos tradicionais e dos ambientes. Prejuízos à saúde precisam ser investigados e monitoramento ambiental e de sanidade do pescado realizados continuamente. É necessária escuta das comunidades e o fortalecimento da gestão dos territórios de forma participativa e eficiente.

Palavras-chave: gestão participativa; impacto socioambiental; Resex.

INTRODUÇÃO

Este trabalho se insere no projeto “Impactos socioeconômicos e ambientais da contaminação por petróleo nas praias do litoral da região Nordeste” da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). A motivação foi devida ao desastre do derramamento de petróleo, iniciado em agosto/2019 e que se estendeu pela costa brasileira, afetando onze estados (9 na região nordeste e 2 estados no Sudeste). O trabalho busca analisar os impactos gerados pelo derramamento no estado da Bahia.

A pesca artesanal é diversa, criativa, construída por saberes ancestrais passados por gerações, desempenhando papel fundamental na soberania, segurança alimentar e nutricional e erradicação da pobreza. Emprega mais de 120 milhões de pessoas (90% dos postos no setor) e produz dois terços das capturas destinadas ao consumo humano direto (FAO, 2020).

A atividade se dá de forma coletiva, não só por se utilizar de recursos comuns, mas também por sua cultura, identidade e modo de vida (DIEGUES 2001), reforçando a necessidade de ser gerida com participação e como uma construção social (BERKES, 2011).

O setor pesqueiro artesanal enfrenta desafios como: diminuição dos estoques pesqueiros, lacuna de estatística pesqueira no Brasil, baixa representatividade na gestão do recurso, competição pela pesca industrial e turismo, saúde, segurança do trabalho, baixos subsídios e alta vulnerabilidade a impactos antrópicos e ambientais (PEDROSA, 2016), porém pescadores (as) consolidaram, ao longo do tempo, sistemas comuns de apropriação e gestão, dos territórios e maretórios costeiros. Apesar do petróleo poder ser encaixado como recurso comum, aqui não tratamos de sua utilização e gestão, mas sim dos impactos causados no litoral nordestino, este recurso comum de apropriação por múltiplos usuários.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho foi baseado em pesquisa quantitativa e qualitativa. A parte quantitativa foi realizada pela Fundaj entre dezembro de 2019 e fevereiro de 2020, aplicação de questionários estruturados em setores que possuíam altas chances de impactos pelo desastre, como: pescadores, trabalhadores ambulantes, da rede de hotéis/pousadas e restaurantes de todo o Nordeste. Este trabalho faz um recorte de

pescadores(as) para o estado da Bahia. Como complemento foi feita pesquisa de campo. A pesquisa qualitativa foi viabilizada por meio de parceria com o projeto Entre Mares (Janeiro/2021), realizando 40 entrevistas gravadas com consentimento de uso de som e imagem dos pescadores (as) da Reserva Extrativista (Resex) de Corumbau, nos municípios Prado e Porto Seguro (comunidades de Cumuruxatiba, Corumbau e Bujigão). A análise dos dados quantitativos foi realizada no software SPSS - Statistical Package for the Social Science e a análise qualitativa, entrevistas transcritas e codificadas, sendo algumas: escolaridade, renda média mensal, apetrechos de pesca, consumo de pescado, locais de pesca, entre outras.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Os entrevistados são experientes na atividade, trabalham na pesca em média há 27 anos e possuem média de idade de 46,98 anos e 37,8 anos, para os dados quantitativos e qualitativos, respectivamente. A pesca é um setor de baixa escolaridade, tanto pelo perfil socioeconômico, como pelas características culturais da atividade. Dados indicam que 429 (70,9%) dos pescadores (as) nunca iniciaram os estudos e/ou possuem fundamental I e II incompletos.

A renda mensal familiar varia, sendo maior para a pesquisa amostral (R\$1.059,00) e de 600 reais para a análise qualitativa, e sofre variação, também, com as estações do ano. Os entrevistados mostraram a tradição existente na atividade quando aprenderam com a família (65% e 100%), utilizam a produção também para consumo próprio (81% e 100%), além de residirem na comunidade a 24 e 20 anos, em média, respectivamente.

Realizam pesca costeira (64,3%), utilizam variadas artes de pesca, principalmente arrasto (57%) e linha de mão (54%), artes que também foram citadas na pesquisa qualitativa, estando de acordo com a espécies citadas como ariocó, dentão e os camarões. Um menor percentual utiliza embarcação própria (30%), justificado também pela natureza coletiva da atividade. Aproximadamente metade dos entrevistados possuem registro oficial de pescador, indicando que o número de pessoas na pesca artesanal é maior do que o conhecido.

No decorrer do período de campo, 75% dos entrevistados declararam que seus rendimentos se recuperaram. Porém, restrições devidas à pandemia voltaram

em março de 2021, reduzindo novamente o comércio de pescado e a atividade turística.

Atividade principal é a pesca para 85% dos entrevistados (para ambos os levantamentos de dados), além do turismo, comércio e do artesanato. Do total de entrevistados, 65,8% e todos da qualitativa afirmaram que manguezais foram atingidos pelo óleo e em média 37% o utilizam como área de pesca. 32% e 65% tiveram contato direto com o óleo, sem material de proteção. No momento da chegada do óleo, pescadores (as) não possuíam equipamento de proteção individual, reafirmando a relação de vulnerabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficaram registrados que são comunidades tradicionais que realizam pesca costeira e estuarina, homens e mulheres que vivem da pesca, tanto para consumo, como renda. Estes foram impactados pelo petróleo com a falta de renda e em relação a sua saúde, pois parte dos entrevistados tiveram contato e consumiram pescado na época do desastre.

O setor de comércio/vendas foi indicado como o maior prejudicado, refletidos na renda familiar, assim como a atividade pesqueira; esses impactos poderiam ter sido amenizados com uma intervenção do Estado em parceria com instituições públicas de ensino/pesquisa, por exemplo, com proposta de comprar o pescado não comercializado para avaliação de impactos na segurança e soberania alimentar, destinando o pescado para pesquisas que necessitam desse tipo de “amostra” para avaliação de impactos na sociedade ou, utilização de embarcações e conhecimento da área por parte dos pescadores, para conhecimento de onde o petróleo poderia adentrar a costa para contenção e redução do impacto, para fortalecimento e protagonismo dos pescadores.

A investigação do derramamento de óleo foi suspensa pelo governo federal em março de 2020, mesmo sem conclusões sobre como ocorreu o desastre. Percebe-se um sentimento de frustração e descrença por parte de pescadores(as) em relação à resolução da tragédia. Se faz necessária escuta das comunidades atingidas, inclusão digital para viabilizar as reuniões de forma remota ou até mesmo criar possibilidades de encontros de acordo com a realidade da comunidade para

fortalecimento da gestão desses locais e comunidades de forma participativa e eficiente.

AGRADECIMENTOS

À Fundação Joaquim Nabuco pela oportunidade de trabalho. À associação de pescadores de Cumuruxatiba, Corumbau e Bujigão pela confiança e partilha. Pela orientação amorosa, dedicada e incentivadora de Beatriz Mesquita. À equipe do projeto Entre Mares. Grata pelo apoio de sempre e discussões do trabalho, Sebastián Cáceres.

REFERÊNCIAS

BERKES, F. Restoring Unit: The Concept of Marine Social-Ecological Systems. em World Fisheries a Social-Ecological Analysis. Cap 2. 19p. Blackwell Publishing Ltd. Chichester, UK, 440p, 2011.

DIEGUES, A. C; MOREIRA, A. C. (orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/USP, p. 139- 160, 2001.

FAO. **The State of World Fisheries and Aquaculture - Sustainability in Action**. Food and Agriculture Organization of the United Nations. 224 p., Rome, 2020.

PEDROSA, B. M. J. Pesca artesanal e áreas marinhas protegidas em Pernambuco: uma abordagem multidimensional e institucional. **Tese** (Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca), Universidade Federal de Pernambuco, 187 p., 2016



DEBATES NA CÂMARA, ESCRITOS NA IMPRENSA: AS ELITES POLÍTICAS NO PÓS-ABOLIÇÃO E O PENSAMENTO RACIAL

Jonas Clevison Pereira de Melo Júnior¹; Cibele Barbosa da Silva Andrade²

¹Estudante do Curso de Licenciatura em História - UFRPE; e-mail: clevisonjonas@gmail.com

²Pesquisadora da Diretoria de Memória, Educação, Cultura e Artes (DIMECA); e-mail: cibele.barbosa@fundaj.gov.br

Link no *YouTube*: <https://www.YouTube.com/watch?v=nonKu44Qa4c>

Momento: 00:55:05

RESUMO: Objetivando analisar a repercussão na imprensa de debates relacionados ao pensamento racial por parte das elites políticas, este estudo lança olhares sobre a atuação de setores da sociedade na propagação desse pensamento, algumas experiências nas quais as questões raciais foram temas centrais e o papel da imprensa nesse processo. Mediante a bibliografia consultada e a documentação histórica repertoriada, percebeu-se que a racialização da sociedade brasileira, enquanto projeto político, buscou extinguir o elemento negro como forma de branquear a população, encontrando como desafio a mobilização de setores da sociedade contrários a esse processo. A discussão apresentada, reforçando o que a historiografia do pós-abolição tem apontado, considerou que se inserindo nas diferentes esferas da sociedade, as teorias raciais foram mobilizadas em diferentes projetos políticos.

Palavras-chave: câmara; debates; imprensa; pós-abolição; raça.

INTRODUÇÃO

Pensar as questões raciais no Brasil representa um desafio em virtude da construção, e conseqüente permanência, de concepções acerca da população negra arraigadas no imaginário social brasileiro. O recorte cronológico proposto, considerando esse processo, insere-se no contexto da Primeira República, no período intitulado Belle Époque Tropical (NEEDELL, 1993), no qual as teorias raciais adentraram no Brasil trazendo conceitos como raça e nação para o centro dos projetos que visavam modernizar a sociedade do ponto de vista cultural, mas também racial (GOMES; PAIXÃO, 2008). Essas teorias adentraram no Brasil em um momento marcado por reformas urbanas – com projetos urbanísticos suntuosos –, reestruturação do trabalho – com a crescente inserção da mão de obra imigrante –, incentivo a vida cultural – nos moldes parisienses – e o incentivo à produção intelectual pelos chamados “homens de ciências” – responsáveis pela adoção dessas teorias – (NEEDELL, 1993; SCHWARCZ, 1993; CHALHOUB, 2001; SEVCENKO, 2003). No plano social, os debates políticos e científicos centraram-se no branqueamento da população como forma de extinguir o chamado elemento negro, mobilizando setores da sociedade brasileira (DOMINGUES, 2002; ALBUQUERQUE, 2009). Deste modo, o objetivo deste projeto consistiu em analisar como as teorias raciais pautaram projetos políticos durante a Primeira República, contribuindo para que a questão racial se tornasse a agenda da nação no pós-abolição, permeando conseqüentemente os debates públicos que aconteciam no âmbito do legislativo e da sociedade de modo geral.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Inicialmente realizou-se um levantamento bibliográfico e a leitura dessa bibliografia. Diante do amplo recorte cronológico selecionaram-se os seguintes marcos históricos: 1 – A promulgação do Decreto de N. 528/1890 e a Lei N. 97/1892, referentes a questão da imigração afro-asiática; 2 – A eleição de Manoel da Motta Monteiro Lopes em 1909, primeiro deputado negro do Brasil; 3 – O Congresso Universal das Raças realizado em 1911, que reuniu intelectuais interessados na questão racial; e 4 – O projeto de lei de Cincinato Braga e Andrade Bezerra proposto

em 1921, que pretendia proibir a imigração negra no Brasil. Definiu-se na sequência que as fontes a serem analisadas consistiriam em periódicos digitalizados no site da Biblioteca Nacional e no acervo da Fundação Joaquim Nabuco. Metodologicamente a seleção, e conseqüente análise, desses periódicos se ampararam na historiografia cujo objeto consiste na imprensa brasileira (LUSTOSA, 1991; LUCA, 2008), definindo-se como critérios para a seleção dos periódicos: 1 - ampla circulação; 2 - qualidade editorial; 3 - temas abordados; 4 - significativo número de edições; e 5 - pertencerem a diferentes localidades. Selecionou-se então *O Malho* e o *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro), o *Diário de Pernambuco* e *A Província* (Pernambuco) e o *Correio Paulistano* (São Paulo). Para a localização de publicações de interesse da pesquisa, utilizou-se a ferramenta de busca presente no site dos acervos citados, a partir de termos como: “Raça”, “Negro(a)”, “Miscigenação”, “Africano(a)”, “África”, “Imigração/Imigrante”, “Branqueamento”. Os dados coletados foram compilados em quadros que apresentam: 1 - o conteúdo das publicações repertoriadas e um código que as vinculam as imagens dessas publicações, depositadas em um banco de dados no Google Drive; 2 - a quantidade de publicações encontradas e as temáticas presentes nessas publicações; 3 - decretos, leis e projetos de leis que abordaram a questão negra na primeira república; e 4 - Identificação e informação dos personagens históricos que estiveram diretamente ligados aos acontecimentos destacados para serem analisados nesse projeto.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Durante a pesquisa repertoriou-se, a partir dos periódicos selecionados (*Correio da Manhã*, *O Malho*, *Correio Paulistano*, *a Província* e o *Diário de Pernambuco*), um total de 94 publicações que circularam nesses meios de comunicação durante a Primeira República. Com base nos discursos (notícias dos principais acontecimentos da política nacional e internacional; críticas a partidos e personagens da política nacional, discussões acerca das teorias raciais e da população negra) e na iconografia (charges, ilustrações, quadrinhos e outros) presente nessa documentação, buscou-se observar como a imprensa difundiu, discursivamente e visualmente, os debates que ocorriam no âmbito do legislativo (Câmara Municipal) acerca dos temas e marcos históricos estabelecidos para análise.

No tocante ao Decreto de N. 528/1890, sobre a proibição de imigrantes africanos e asiáticos, e a Lei N. 97/1892, que permitiu a imigração chinesa e japonesa, os debates se mostraram fervorosos pelos setores dissidentes que apoiavam e criticaram esses projetos legislativos. Do mesmo modo a eleição do primeiro deputado negro Manuel da Mota Monteiro Lopes em 1909 mobilizou setores da sociedade, que por meio da imprensa nacional, publicaram discursos e imagens que reproduziram estereótipos de cunho racial acerca da população negra. Por meio do humor e da sátira, esse deputado, e de modo geral a população negra, foram representados a partir dos pressupostos do racismo científico e dos postulados eugênicos, que preconizavam a acentuação da cor e dos traços físicos, inferiorizando esse grupo social ao diferenciá-los do “typo” brasileiro ideal. Em relação ao Congresso Universal das Raças, realizado em Londres em 1911, as ideias de João Baptista Lacerda acerca da predominância do elemento negro na sociedade brasileira e do problema que o mestiço representava, sofreram críticas de setores políticos e intelectuais do país. Parte desses setores, por meio da imprensa nacional, divergiu de sua opinião, mobilizando críticas à ideia de que o mestiço, fruto da proposta de branqueamento social, era um problema para a sociedade brasileira. Neste contexto, de um lado os intelectuais tentavam difundir suas ideias e de outro a imprensa distanciava-se ou aproximava-se dessas ideias, difundindo-as para a sociedade. Sobre o projeto de lei apresentado por Andrade Bezerra e Cincinato Braga à Câmara dos Deputados em 1909, que buscou proibir a entrada de imigrantes afro-americanos no Brasil, inúmeras publicações se posicionaram favoráveis e contrárias a este projeto, demonstrando que as questões raciais além de representarem uma agenda nacional durante a Primeira República, mobilizaram diferentes setores da sociedade. O projeto de lei, mesmo amparado por um grupo político que o apoiava e por justificativas jurídicas, foi arquivado, como forma de apagar as chamas do incêndio político que havia causado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa observou-se a recorrência da questão racial nas publicações repertoriadas. Os temas que se destacam nos debates e charges presentes nessas publicações são: 1 - a imigração negra; 2 – o pensamento racial; 3 -

os comportamentos da população negra; e 4 - sua constituição biológica. Divulgadas na imprensa nacional, as teorias raciais tornaram-se, como foi possível perceber, uma questão de ordem nacional, alcançando a opinião pública e encontrando aceitação entre as elites políticas. Os responsáveis por propagar essas teorias, vinculados aos inúmeros periódicos que circulavam no Brasil, integravam uma elite intelectual formada nas principais faculdades do país. Foi possível compreender, por meio das informações de cunho legislativo, como no meio jurídico as questões raciais tornaram-se pautas para projetos políticos. Por meio do ordenamento jurídico e das ideias propagadas na imprensa nacional, as elites políticas buscaram promover a manutenção de seu poder pela ordem do discurso, institucionalizando um racismo pautado pelo branqueamento das características fenotípicas e culturais da população negra, como forma de integrá-la na sociedade brasileira.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) pela oportunidade de realização desta pesquisa e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da mesma.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 2. Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

DOMINGUES, P. Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo (1915-1930). **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 563-599, 2002.

GOMES, Flávio; PAIXÃO, Marcelo. Raça, pós-emancipação, cidadania e modernidade no Brasil: questões e debates. **Revista Maracanan**, v. 4, n. 4, p. 171-194, 2008.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

LUSTOSA, Isabel. Negro humor - A imagem do negro na tradição cultural brasileira. **Revista USP**, n. 9, p. 161-170, 1991.

NEEDELL, J. D. **Belle Époque Tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003



UMA HISTÓRIA SOBRE A TORTURA A PARTIR DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Jennifer Ferreira da Silva¹; Alexandre Zarias²

¹ Estudante do curso de História - CFCH/UFPE; e-mail: jennisjanis@gmail.com

² Pesquisador da Diretoria de Pesquisa Sociais (CECIM/DIPES); e-mail: alexandre.zarias@fundaj.gov.br

Link no *YouTube*: <https://www.YouTube.com/watch?v=nonKu44Qa4c>

Momento: 01:21:33

RESUMO: Este resumo expandido de pesquisa tem o objetivo de mostrar de que forma as reflexões e discussões sobre a tortura podem nos ajudar a compreender o estatuto do corpo a partir das propostas legislativas, no Brasil, entre os anos de 1964 a 1997. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de análise documental (sobre a legislação brasileira). Neste trabalho, foi-nos possível discutir os debates legislativos sobre o assunto a partir do contexto histórico em que o Brasil estava em uma Ditadura Civil-Militar (1964-1985), até o surgimento da Lei, em 1997, quando a prática da tortura foi de fato caracterizada. Com os resultados, percebemos que a noção de tortura adquiriu diferentes significados no país, um deles, bastante particular, que é o de tipificá-la independentemente do estatuto civil ou militar do agente. Também destacamos que esse tema merece outras possibilidades de análise e aprofundamento como os debates sobre a Comissão da Verdade (2011) e os depoimentos das testemunhas que foram alvos de tortura.

Palavras-chave: Tortura; Sociologia do Corpo; Legislação brasileira.

INTRODUÇÃO

Este resumo expandido de iniciação científica está ligado à pesquisa principal intitulada “A política dos corpos: um estudo dos limites da vida na legislação brasileira”, sob a coordenação do pesquisador Alexandre Zarias, da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

Aqui se pretende discutir as questões sobre a ordem pública do corpo, mais especificamente, a partir da tortura, utilizando como documentação projetos de lei disponíveis no site da Câmara dos Deputados no período que compreende os anos de 1964 a 1997. Historicamente, a tortura fez parte de um contexto político, social e histórico, bastante específico, pois esta foi atrelada à Ditadura Civil – Militar brasileira (1964-1985). Entretanto, a tortura, ainda, é objeto de debates legislativos, que colocam em questão o estatuto do corpo na ordem legal no Brasil.

Desta forma, o objetivo desse resumo expandido é analisar de que forma a noção de tortura foi-se constituindo, a partir da legislação brasileira, e como essa reflexão nos ajuda a entender e ampliar as discussões sobre o corpo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa e análise documental que utiliza como ferramenta o levantamento bibliográfico acerca da sociologia do corpo e legislação brasileira sobre a tortura.

Assim, através do site da Câmara dos Deputados, foram reunidos e analisados Projetos de Lei (PL) e Projetos de Emenda à Constituição (PEC), identificados em ‘Atividades Legislativas’ e, posteriormente, nas ‘Propostas Legislativas’. Usamos a palavra-chave ‘tortura’ no motor de buscas do site da Câmara dos Deputados. Entre os anos 1964 a 1997⁵, foram encontradas 31 propostas legislativas.

Além disso, na análise dos projetos, optamos por separar as propostas por Legislaturas, ou seja, o “período de quatro anos em que o Congresso exerce as

⁵ Estabelecemos esse marco temporal, pois somente a partir do final da década de 1960 é que encontramos relatos, no site da Câmara dos Deputados, em que essa temática foi discutida pelos parlamentares. Por não termos espaço e tempo suficiente para analisarmos outros projetos de lei, que continuam em tramitação no Congresso Nacional, ainda nos dias de hoje (2021), optamos por discutir e analisar os debates sobre a tortura no Brasil até 1997, ano em que a lei 9.455/97 entra em vigor tipificando o crime de tortura.

atribuições previstas na Constituição Federal” (BRASIL, 2021), e pelos períodos históricos que julgamos serem pertinentes para a nossa discussão.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Observamos que os projetos de lei analisados entre 1964 e 1973 tinham pouca expressividade com relação aos debates sobre a tortura. Posteriormente, entre os anos de 1985 a 1989, com o fim da Ditadura Civil-Militar e a aprovação da Constituição de 1988, o número de propostas legislativas não só aumentou, como também começaram a ser mais específicas acerca da tortura. Vemos isso a partir do PL 7023/1985, do deputado Luiz Guedes (PMDB-MG), o PL 2423/1989, do Senador Jamil Haddad (PSB/RJ) e o PL 7787/1986, do deputado Paulo Mincarone (PMDB/RS).

Além do que foi citado, a partir de 1990, os projetos de lei começam a se caracterizar por uma busca de uma lei em que a tortura passasse a ser tipificada. Depois do ocorrido na Favela Naval, em Diadema, São Paulo, no ano de 1973, propostas como o PL 4716/1994, do Poder Executivo, mais especificamente do então Ministro da Justiça Alexandre de Paula Dupeyrat Martins e depois de algumas alterações sugeridas na Câmara, fazem com que este projeto se tornasse a Lei 9.455/1997.

Assim, percebemos que, no decorrer de um percurso histórico, no tempo e dos acontecimentos, as noções sobre a tortura foram se modificando e as discussões sobre esta passaram a aumentar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi exposto, pudemos observar o quanto a tortura merece uma análise sociológica e histórica. Pudemos perceber que o Brasil só começou a se organizar para tipificar juridicamente a tortura em 1997. Para isso, houve um significativo apelo social diante do abuso de violência cometido por agentes públicos mais especificamente.

Além disso, a partir da análise dos projetos de lei, percebemos que os debates sobre a tortura ainda permanecem. Podemos citar como exemplo o caso em que o atual presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, na época em que era

deputado federal (2016), no impeachment da presidente Dilma Rousseff (que sofreu tortura durante a Ditadura no Brasil), saúda o coronel Carlos Brilhante Ustra⁶.

Ademais, por sua extensão, não foi possível falar sobre a Comissão da Verdade⁷, criada em 2011, e sobre as formas mais sofisticadas em que a tortura passa a ser praticada na atualidade. Dessa forma, fica como possibilidade para os próximos estudos um aprofundamento sobre esses pontos, pois isso nos ajudará a aprimorar as discussões e reflexões acerca da tortura no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer à Fundação Joaquim Nabuco, por incentiva estudantes nas pesquisas científicas e ao meu orientador, Alexandre Zarias, por, desde 2019, me acompanhar assiduamente no meu processo de grande aprendizagem do conhecimento científico.

REFERÊNCIAS

JESUS, Maria Gorete Marques de (Coord.), e CALDERONI, Vivian (Coord.). **Julgando a tortura**: análise da jurisprudência nos tribunais de justiça do Brasil (2005-2010). 1ª ed. São Paulo, Jan/2015 Disponível em: https://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2018/01/documento_julgando-a-tortura.pdf. Acesso em: 11 de mai. 2021.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. 2. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Projeto “Brasil: Nunca mais”, tomo V, volume I. São Paulo, 1985.

SCARRY, Elaine. **The body in Pain**. New York: Oxford University Press, 1985. ZARIAS, Alexandre. A ordem pública do corpo humano e suas fronteiras legislativas no Brasil. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 21, n. 52, p. 132-161, Dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-95512>. Acesso em: 7 de Abr. 2021.

⁶ Carlos Brilhante Ustra foi um coronel do Exército Brasileiro que comandou, no período da Ditadura Civil-Militar, um dos centros de tortura no Brasil (DOI-Codi de São Paulo). De acordo com Memórias da Ditadura (2021), no período em que o coronel chefiou este departamento, “houve 40 mortes em 40 meses”. Além disso, em 2008, o Tribunal de Justiça de São Paulo, o acusou por crime de tortura pela Ação Declaratória da família Teles, passando a se tornar o primeiro militar a ser reconhecido juridicamente como torturador (MEMÓRIAS DA DITADURA, 2021. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/ustra/>. Acesso: 29 de agosto de 2021.

⁷ A Comissão da Verdade surgiu com o objetivo de examinar as práticas de violação aos direitos humanos, ocorridas no Brasil, entre os anos de 1946-1988 (BRASIL, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/112528.htm. Acesso: 05 de setembro de 2021.

ZARIAS, Alexandre; BRETON, David Le. Corpos, emoções e risco: vias de compreensão dos modos de ação individual e coletivo. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 21, n. 52, p. 20-32, Dec. 2019. Disponível em: . Acesso em: 09 de Abr. 2021. Epub Dez 09, 2019. <https://doi.org/10.1590/15174522-97680>



DEBAIXO DA PELE: REPRESENTAÇÕES DO CORPO EM PROPOSTAS LEGISLATIVAS NO PARLAMENTO BRASILEIRO

Anne Karolayne Santana¹; Alexandre Zarias²

¹Estudante do Curso de Ciências Sociais (bacharelado) – DECISO/UFRPE; e-mail: kzzansi@gmail.com

²Pesquisador da Diretoria de Pesquisa Sociais (CECIM/DIPES); e-mail: alexandre.zarias@fundaj.gov.br

Link no *YouTube*: <https://www.YouTube.com/watch?v=nonKu44Qa4c>

Momento: 02:00:26

RESUMO: Este resumo analisa como a “pele” é compreendida na legislação brasileira a partir de proposições legislativas disponíveis no site da Câmara dos Deputados e Senado Federal Brasileiro. O estudo foi realizado a partir de levantamento bibliográfico acerca da sociologia do corpo, e da montagem de um banco de dados online contendo Teses, Dissertações, Artigos, Livros, Notícias e Projetos de Lei acerca da “pele”. Foram reunidos e analisados cento e cinquenta Projetos de Lei disponíveis no site da Câmara dos Deputados e Senado Federal Brasileiro que abordam a pele dos mais diferentes ângulos, em um período histórico de 53 anos, de 1968 a 2021. Conclui-se que, embora a “pele” seja um objeto amplo e riquíssimo para pesquisa, capaz de suscitar debates que tocam diferentes pontos da existência humana (desde a identidade racial à saúde, também envelhecimento, valores socialmente estabelecidos etc.) e seja carregada de simbologias e sentidos, ainda é pouco explorada nas Ciências Sociais, em especial no Brasil.

Palavras-chave: corpo; pele; legislação brasileira.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de uma proposta multidisciplinar, consolidando o campo das Ciências Sociais em seus aspectos sociológicos, antropológicos e políticos e tem por objetivo examinar o estatuto do corpo por meio dos projetos de lei acerca da "pele" no Brasil, identificando propostas legislativas e acerca da "pele" nos sites da Câmara dos Deputados e Senado Federal Brasileiro, buscamos contextualizar as proposições legislativas sobre a "pele" no Brasil e analisar, segundo a produção sociológica sobre o corpo, como as proposições legislativas abordam a "pele" no país.

Buscamos aqui examinar o estatuto do corpo por meio dos projetos de lei acerca da "pele", no Brasil, ao tentar compreender como a pele se constrói enquanto símbolo e quais significâncias carrega no imaginário social brasileiro, bem como discursos particulares e públicos se cruzam para "produzir a pele inteligível" (AHMED & STACEY, 2004, p.2. tradução minha).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo exploratório que utiliza como ferramenta o levantamento bibliográfico acerca da sociologia do corpo, especialmente no que diz respeito à "pele" no Brasil. Também se vale da coleta, análise e sistematização de informações a respeito da "pele", no Brasil. Foi montado um banco de dados online contendo Teses, Dissertações, Artigos, Livros, Notícias e Projetos de Lei acerca "pele". Foram reunidos e analisados 150 Projetos de Lei disponíveis no site da Câmara dos Deputados e Senado Federal Brasileiro que abordam a pele dos mais diferentes ângulos, em um período histórico de 53 anos, de 1968 a 2021.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Segundo David Le Breton (2007), os estudos sobre o corpo ganham amplitude no final da década de 1960, quando abordagens sociológicas passam a considerar, "sob diversos ângulos, as modalidades físicas da relação do ator com o

meio social e cultural que o cerca.” (LE BRETON, 2007, p.11). Entretanto, a sociologia aplicada ao corpo só ganhou mais notoriedade e atenção dos pesquisadores nos últimos trinta anos, tornando-se então “uma tarefa sistemática” (LE BRETON, op.cit, p.12). Um dos principais objetivos dessa área da sociologia que pensa o corpo foi mostrar que não é o corpo

Somente um conjunto de “órgãos arranjados na lei da anatomia”, mas corresponde, primordialmente, a variações que se estendem conforme as concepções sociais e culturais. O corpo é uma estrutura simbólica e as formas que o compreendemos variam. (ZARIAS, 2019, p.3)

Ao tomarmos a pele como objeto através do qual pensaremos o corpo, estamos escolhendo pensá-lo em sua personificação, pois é ela o “local onde os corpos tomam forma”, já escrita, porém, sempre “aberta a reinscrição” (AHMED & STACEY, 2004, p.1. tradução minha.). Pensar a partir da pele é pensar o corpo em seu “modo de estar-com e ser-para, onde toca e é tocado por outros” (AHMED & STACEY, 2004, p.1. tradução minha.). A pele é o limite, isto é, a fronteira entre o corpo e o mundo que o cerca, mas também é, simultaneamente, parte desse corpo. Ao tocar a pele, toca-se o corpo; ao marcar a pele, marca-se o corpo; ao modificar, agredir ou preservar aspectos da pele, está-se fazendo o mesmo ao corpo. A pele também é um marcador de diferenças, igualmente marcado por diferenças (AHMED & STACEY, 2004, p.9. tradução minha.). Diferenças tais como gênero, raça, idade, doenças, traumas, agressões e intervenções – piercings, tatuagens e cirurgias, por exemplo.

Para Sara Ahmed e Jackie Stacey (2004 p. 02), a superfície do corpo nunca será completamente lisa, pois a pele está sempre sujeita a marcas deliberadas ou a traços indesejados decorrentes de intervenções médicas e/ou alterações corporais, bem como por ser a “portadora ou cena de significados” (op.cit, 2004, p. 02), é perfurada, cortada e tatuada. A pele é marcada pelos desejos, por vezes impossíveis, produzidos pela cultura do consumo que cria o ideal de uma pele perfeitamente lisa, brilhante e livre de quaisquer sinais da passagem do tempo, do trabalho de parto, cicatrizes etc. (MCCLINTOCK, 1995, p.219 apud. AHMED & STACEY, 2004, p.2. tradução minha.) e que ignora que a pele é espaço-temporal, pois, nas palavras de

Didier Anzieu, ela “aprecia o tempo (não tão bem quanto a orelha) e o espaço (não tão bem quanto o olho), mas só ela combina as dimensões espaciais e temporais.

Ao montarmos o banco de dados da nossa pesquisa, nos foi possível perceber que a pele é um tema amplamente debatido na Câmara dos Deputados. Encontramos, no site da Câmara, 150 Projetos de Lei que abordam a pele dos mais diferentes ângulos, em um período histórico de 53 anos, de 1968 a 2021. Dos 150 PLs que dispõem sobre questões referentes à pele, 47 tratam da proteção e exposição ao sol e 11 sobre tratamentos, conscientização e prevenção do câncer de pele, sendo a alta exposição à radiação solar uma das principais causas dessa doença. Há ainda 36 PLs que dispõem sobre outras doenças que afetam a pele, a exemplo do vitiligo, HPV, hanseníase etc. Esses PLs somam um total de 84 proposições referentes à saúde e ao aspecto da pele. Dos 66 PLs restantes, 35 se referem à heteroidentificação, discriminação, injúria e preconceito racial. Há ainda 10 propostas acerca de procedimentos estéticos e cirurgias reparadoras da pele. As proposições debatidas na Câmara explicitam as principais questões que tocam a pele no cotidiano: a preservação do corpo, em seu aspecto fisiológico, mas também estético, e a raça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo nos foi possível perceber que, embora a “pele” seja um objeto amplo e riquíssimo para pesquisa, capaz de suscitar debates que tocam diferentes pontos da existência humana (desde a identidade racial à saúde, também envelhecimento, valores socialmente estabelecidos etc.) e seja carregada de simbologias e sentidos, ainda é pouco explorada nas Ciências Sociais, em especial no Brasil. Nas palavras de Didier Anzieu, a pele “permanece um sujeito de pesquisas, de cuidados e de discurso quase inesgotável” (op.cit, p. 28) e ao ser tomada como objeto, mostra-se como um ponto de partida (e de encontro) para pensar as relações do corpo com o mundo que o cerca, justamente por ser através da pele que esse corpo toca o mundo e é por ele tocado, igualmente marca e é marcado.

AGRADECIMENTOS

Expresso aqui meus agradecimentos à Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco e ao professor Alexandre Zarias pela oportunidade que me foi dada de participar dessa pesquisa e por todo o aprendizado adquirido.

REFERÊNCIAS

AHMED, Sara; STACEY, Jackie. **Thinking through the skin**. New York: Routledge, 2004.

ANZIEU, Didier. **O Eu-pele**. São Paulo: Casa dos Psicólogos, 1989.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ZARIAS, Alexandre; MONTEIRO, Allan Rodrigo Arantes; BARRETO, Túlio Velho. **Fronteiras do sensível: um estudo dos corpos nos limites da legislação brasileira**. Projeto de Pesquisa. Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 2019



A DOAÇÃO DE SANGUE POR PARTE DE GAYS, HSH E TRAVESTIS NAS PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS BRASILEIRAS

Laura Caldas Miguel¹; Alexandre Zarias²

¹Estudante do Curso de Ciências Sociais.- DS/UFPE; e-mail: laura.caldas@ufpe.br

²Pesquisador da Diretoria de Pesquisa. da Fundaj (CECIM/DIPES);
e-mail: alexandre.zarias@fundaj.gov.br

Link no *YouTube*: <https://www.YouTube.com/watch?v=nonKu44Qa4c>

Momento: 01:39:53

RESUMO: Este relatório final de pesquisa analisa a doação de sangue por parte de HSHs, gays e travestis a partir das proposições legislativas brasileiras. Trata-se de uma pesquisa explicativa e exploratória, de base documental, que objetiva identificar, analisar e contextualizar os projetos de leis (PLs) apresentados na Câmara dos Deputados, decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal (STF), e portarias e resoluções regulamentadoras do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) no que diz respeito à “doação de sangue e seus derivados por parte de homens que tiveram relações sexuais com outros homens”. Como referenciais teóricos foram utilizados Santos, Moraes e Coelho (1992), Rios (2020), Axel Honneth e Nancy Fraser a partir de Cardinalli (2016), e Zarias (2019). Foram encontrados e analisados 5 PLs sobre o tema, distribuídos entre os anos 2000 e 2020, além da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 5543 do STF. Concluiu-se, a partir da análise das justificativas desses dispositivos legais, que há uma correlação entre a agenda de lutas sociais e o debate legislativo acerca do tema.

Palavras-chave: doação de sangue; homossexualidade; proposições legislativas.

INTRODUÇÃO

Este texto delinea a pesquisa relativa à doação de sangue por parte de homens que tem relações sexuais com outros homens (HSH), gays, e travestis nas proposições legislativas brasileiras. O objetivo é analisar os projetos de lei da Câmara dos Deputados e as decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal sobre a temática ao longo da história da doação de sangue voluntária no Brasil. A diferenciação entre os termos gays, HSH e travestis ocorre neste trabalho para visibilizar as políticas identitárias utilizadas pelos membros pertencentes a esses grupos. Trabalha-se, enfim, a dimensão política que as envolve e se dá a partir do enfrentamento de diferentes concepções científicas e do senso comum a respeito do corpo em nossa sociedade, e no que tange a moral e a noção de corpo e pessoa adotadas pelo direito brasileiro.

Para esta pesquisa, foram utilizados diferentes referenciais teóricos. A obra de Santos, Moraes e Coelho (1992) sobre a politização do sangue, especificamente a década de 1980, que contextualiza as políticas nacionais de saúde que estavam sendo debatidas na época e as crises sanitárias internacionais, mais especificamente a do vírus HIV, problematizando o surgimento da proibição da doação de sangue por parte de gays, HSH e travestis. Além dessa, o trabalho de Rios (2020), que pontua as interpretações judiciais e as dinâmicas sociais e de políticas de gênero e sexualidade que podem ser realizadas quando se analisa as decisões do STF na ADI nº 5543 em 2017. Destacam-se também as obras de Axel Honneth e Nancy Fraser a partir de Cardinalli (2016), o qual aborda suas teorias do reconhecimento para o debate sobre a proibição da doação de sangue e sua relação com a percepção e aceitação ou negação da identidade desses sujeitos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As atividades de pesquisa compreenderam o levantamento de projetos de lei e a análise bibliográfica pertinente. No que se refere à identificação dos projetos de lei (PLs) foram selecionados como filtro de busca os descritores “doação de sangue” e “homossexuais” no portal eletrônico da Câmara dos Deputados. A documentação relacionada à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) foi obtida no portal do Supremo Tribunal Federal, e as portarias do Ministério da Saúde e Anvisa em seus

respectivos sites oficiais. No que diz respeito à seleção dos materiais de fonte bibliográfica utilizados na pesquisa, estes foram selecionados virtualmente através de portais eletrônicos como o Scielo e o Portal de Periódicos Capes, com a utilização dos descritores “doação de sangue”, “homossexuais”, “gay” e “travestis”.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Para a análise, foram encontrados cinco Projetos de Lei sobre o tema, nos anos de 2003, 2008, 2015, 2016 e 2020, no portal da Câmara dos Deputados, com os filtros já anteriormente explicitados. Foi selecionada também a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5543, julgada pelo Supremo Tribunal Federal de 2016 a 2020, pela importância de sua decisão e procedência para o debate legislativo. Entre os Projetos de Lei analisados, 3 foram apensados ao PL 287/200, a primeira proposição sobre o tema, que dispõe sobre a proibição de tratamento discriminatório aos cidadãos doadores de sangue por parte das entidades coletoras. Em suas justificativas, ressaltam a demanda nacional por doação de sangue, a conotação preconceituosa que se estabelece nas normativas do Ministério da Saúde e da Anvisa, quando estabelecem a proibição a partir do conceito de grupo de risco e não de comportamentos de risco, e abordam ainda a inconstitucionalidade dessas normativas perante os acordos internacionais de Direitos Humanos.

Ao analisarmos sociologicamente o conjunto das proposições legislativas sobre o tema, podemos considerar as considerações de Axel Honneth e sua teoria do reconhecimento para pensar a (não) doação de sangue a partir da solidariedade. Para o autor, a solidariedade é uma das esferas do reconhecimento, junto ao amor e o direito (CARDINALLI, 2016a), e sua identificação com esta esfera geraria autorrespeito e autoestima, e sua negação teria o efeito contrário. Ao negar a uma parcela da população uma prática de solidariedade, estaríamos, portanto, concretizando a desvalorização destes sujeitos. É importante destacar ainda que, para Honneth, as experiências de desrespeito a qualquer uma das esferas do reconhecimento disparam o gatilho para a formulação das reivindicações sociais de reconhecimento. É o caso das lutas sociais LGBTQ+ em torno da doação de sangue. Quando analisamos os votos dos ministros no julgamento da ADI n. 5543 do STF, que obteve 7 votos favoráveis e 4 contrários à admissão de inconstitucionalidade da

proibição de doação de sangue por parte de HSHs, vemos que, embora seja significativa histórica e simbolicamente uma vitória para o movimento LGBTQI+, a doação de sangue por parte dessa parcela da população ainda é um assunto controverso e que encontra diversos entraves. Aqueles que se apresentam contrários a este direito apoiam-se em antigas referências científicas da década de 1980 e 1990 intrinsecamente interligadas à uma relação entre a prática sexual homossexual e a contaminação pelo vírus HIV, a qual não encontra mais base científica. Ainda assim é notório o impacto da decisão do STF no caminho para a garantia de direitos a todos e todas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise destes dispositivos legais nos norteia para traçar uma relação entre o que ocorre no debate jurídico e os contextos e repercussões de eventos que os cercam, como o contexto de lutas LGBTQ+ que ocorriam paralelamente às proposições legislativas e especialmente no que diz respeito às influências do debate internacional, notadamente para o direito comparativo, acerca das decisões jurídicas sobre o tema no país, especialmente a ADI. nº 5543 do STF.

O debate legislativo sobre o tema pôde também ser analisado a partir da perspectiva sociológica das teorias de reconhecimento de Axel Honneth e Nancy Fraser, que tornaram possível a abordagem da negação à solidariedade e da identidade desses sujeitos pela não doação de sangue.

Cabe destacar que há ainda algumas possibilidades de estudo que se apresentam para posterior desenvolvimento desta pesquisa: estudar mais especificamente os contextos internacionais de correlações da legislação brasileira em comparação com outros países; e analisar as influências da bancada legislativa evangélica sobre o tema, considerando seu ativismo recente e a atualidade da temática.

AGRADECIMENTOS

Presto meus agradecimentos à Fundação Joaquim Nabuco, aos quais dediquei os últimos 3 anos de minha trajetória acadêmica de pesquisa, e a Alexandre

Zarias que, desde 2019, tem sido meu orientador e guia nos percalços da universidade e com quem muito aprendi nestes anos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 5543. Estabelece a inconstitucionalidade do art. 64, iv, da portaria n. 158/2016 do Ministério da Saúde e art. 25, xxx, “d”, da Resolução da RDC n. 34/2014 da Anvisa. Brasília, 11 de Maio de 2020.

CARDINALLI, Daniel Carvalho. A Proibição De Doação De Sangue Por Homens Homossexuais: Uma Análise Sob As Teorias Do Reconhecimento De Fraser E Honneth. **Rev. Constituição e Garantia de Direitos** [online]. vol. 9, n. 2 , pp. 110-136, Dez. 2016a.

CARDINALI, Daniel Carvalho. **A judicialização dos Direitos LGBT no STF: limites, possibilidades e consequências.** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016b, 256p.



MIGRAÇÃO DE BRASILEIROS NA EUROPA: ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO SOCIAL

Carina Jéssica de Souza(a)¹; Wilson Fusco²

¹Estudante do Curso de Ciências Sociais- DECISO/UFRPE; e-mail: carinavienna@gmail.com

²Pesquisador da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj (CECIM/DIPES); e-mail:
wilson.fusco@fundaj.gov.br

Link no *YouTube*: <https://www.YouTube.com/watch?v=nonKu44Qa4c>

Momento: 04:29:31

RESUMO: Ao abordar o fenômeno da Migração Internacional, focalizou-se aqui a emigração de brasileiros para a Europa. Este trabalho tem por objetivo compreender o cenário atual da população brasileira que reside em países da Europa, buscar elementos sobre o processo de inserção na sociedade de destino e analisar as condições socioeconômicas dos migrantes. Foi utilizada metodologia qualitativa para a construção de questionários e análise de dados primários, além do uso de dados quantitativos produzidos pelo EUROSTAT. Observou-se uma população emigrante jovem, predominantemente feminina, de alto nível de escolaridade, com renda superior ao salário-mínimo do país de destino, e que faz uso importante das redes sociais para sua inserção no destino, principalmente de familiares e de amigos.

Palavras-chave: Migração Internacional; Inserção Social; Redes Sociais.

INTRODUÇÃO

A década de 1980 foi palco do surgimento de um processo de emigração de grandes contingentes de brasileiros para outras partes do mundo, em grande parte devido à crise econômica que ocorreu na época (BAENINGER; PATARRA, 2006). Os principais lugares de destino nesse período foram os Estados Unidos e o Japão (FUSCO, 2009). Atualmente, o Brasil é considerado tanto como lugar de emigração como de imigração, até mesmo com cenários inéditos, a exemplo da presença de asiáticos na Região Nordeste (FUSCO; QUEIROZ; BAENINGER, 2021). Essa questão migratória, por tudo que representa como processo social, passou a ser estudada por grande número de pesquisadores, os quais produziram vasto material desde então.

Destaca-se neste subprojeto o fenômeno da emigração brasileira para Europa, visto sua recente intensificação, que primordialmente se deu por dois fatores: como consequência da imposição das restrições à imigração por parte do governo norte-americano após o atentado terrorista do dia 11 de setembro de 2001, e pela crescente demanda por mão de obra pouco qualificada, gerada pelos investimentos na área da construção civil na Europa, também em meados dos anos 2000. Assim, o objetivo principal deste subprojeto é, a partir dos dados primários de natureza quantitativa e qualitativa coletados, elaborar um cenário a respeito da comunidade brasileira residente nos países da Europa bem como produzir análises a respeito do processo de inserção na sociedade de destino, de forma a complementar aos resultados da investigação produzida pelo projeto maior.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para este subprojeto, fez-se uso da metodologia quantitativa com dados censitários divulgados pelo EUROSTAT, explorados no projeto maior para se conhecer a distribuição dos migrantes brasileiros na Europa e seus diversos perfis.

Em relação à metodologia qualitativa, procedeu-se à coleta de dados primários entre os emigrantes. Para a elaboração do questionário aplicado, decidiu-se elaborar um roteiro a respeito da experiência migratória (etapas, temporalidade, motivos, estratégia familiar/individual, trabalho, estudo), da importância da própria plataforma de rede social virtual em sua permanência no exterior, do uso de redes

sociais (no sentido de laços sociais não virtuais, como parentesco e amizade), e por fim seus planos futuros em sua experiência enquanto imigrante.

Foi elaborada uma amostra não representativa da população de brasileiros emigrantes e residentes em países estrangeiros, por meio de convites em mídias sociais e “bola de neve”, pelos convites que foram enviados de uma pessoa para outra. Os dados recolhidos foram tratados e recodificados em um segundo banco para que pudéssemos realizar frequências e cruzamentos no software SPSS.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

A partir dos dados censitários do Eurostat (censos de 2011), observou-se a distribuição da população de brasileiros nascidos no Brasil residentes em países na Europa. Pode-se perceber que Portugal, França e Reino possuem um maior número de pessoas do sexo masculino, enquanto Espanha, Itália e Alemanha apresentam em sua maioria pessoas do sexo feminino, sendo esses os principais países de destino.

A amostra que forneceu os dados primários é composta por 77 migrantes brasileiros que residem em países da Europa. O perfil sociodemográfico da amostra categorizou-se primordialmente por sujeitos do sexo feminino, somando 69%, em contraste com os sujeitos do sexo masculino, que foram apenas 31%. Em relação a categoria raça/cor, destaca-se que a maior parte destes indivíduos se autodeclararam da seguinte forma: 55% brancos, 35% pardos, enquanto pretos somam 6%.

Os sujeitos dessa amostra se configuram como jovens, com 52% entre 25 e 34 anos. Os estados de nascimento predominantes são, nessa ordem, São Paulo, Pernambuco e Minas Gerais. Em relação ao arranjo domiciliar atual, 43% dos migrantes residem com seus familiares, 15% residem com amigos, 12% moram sozinhos. A maioria dos sujeitos da amostra, somando 50,6% do total, vive atualmente na Alemanha, enquanto 22,1% residem em Portugal.

Em relação ao estado civil, 64% são casados, 34% solteiros e 4% separados/divorciados. Ao realizar o cruzamento desta variável com a de sexo foram encontrados 56 sujeitos que afirmaram não possuir filhos, 86% dos quais do sexo feminino e 14% de homens. Quanto ao grau de escolaridade, destaca-se o maior número de migrantes que possuem pós-graduação, com 44,2%, seguido de 35% com nível superior e 20,8% com o ensino médio.

No que se refere aos motivos que levaram os indivíduos da amostra a decidir sair do Brasil destaca-se a “busca por oportunidade de estudo na Europa”, somando 20,8% das respostas; “melhor oportunidade para carreira profissional” com 17%. Motivos familiares, como reunir, acompanhar a família e ou separação e divórcio ficaram com apenas 13%. Perguntou-se, ainda, se os sujeitos foram acompanhados e, se sim, quem os acompanhou no processo de migração para o país de destino: 53% dos migrantes passaram pelo processo migratório sozinhos, enquanto os que viajaram acompanhados dos cônjuges ou namorados representam 26%.

No que se refere aos apoios recebidos no processo de inserção no país de destino, percebeu-se que, como nos trabalhos de FUSCO (2000) e Soares (2002), a importância das famílias e dos amigos como apoios ainda aparecem com grande importância. Destaca-se, então, a importância das redes sociais com os naturais do país de destino para que estes migrantes conseguissem se inserir no mercado de trabalho.

A respeito das condições socioeconômicas destes migrantes, 71% dos sujeitos responderam que sua renda advém de financiamento próprio (trabalho remunerado e/ou poupança). Além disso, a maioria reside em casas alugadas, e possui renda média mensal per capita de quase 2 mil euros. Ressalta-se que os valores indicados representam uma renda média acima do salário-mínimo de seus respectivos países.⁸

O nível de insatisfação relacionada à remuneração era maior quando estavam no Brasil; o maior nível de satisfação, por outro lado, se dá na remuneração no país de destino. Essa percepção se repete nos resultados sobre as perspectivas de ascensão em suas carreiras, com altos níveis de insatisfação no Brasil contrapostos a altos níveis de satisfação no país de destino. Seus planos futuros, portanto, envolvem a permanência no país de destino, opção escolhida por 76% dos migrantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos nesta pesquisa possibilitaram elaborar um perfil de migrantes predominantemente feminino, na faixa etária entre 20 e 34 anos,

⁸ Fonte: Trading Economics <https://pt.tradingeconomics.com/country-list/minimum-wages?continent=europe>.

majoritariamente naturais de São Paulo, Pernambuco e Minas Gerais, com grau de escolaridade entre superior e pós-graduação. Os migrantes saíram do Brasil, em sua maioria, por motivos de cunho econômico, e suas principais redes de apoio foram seus familiares, amigos e naturais do país de destino. Não se encontram em situação documental irregular, estão trabalhando e possuem renda satisfatória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Funda pela oportunidade de fazer esse trabalho, aos envolvidos no PIBIC-Fundaj, aos funcionários das bibliotecas da Fundaj e da UFRPE e principalmente ao meu orientador Wilson Fusco por todo cuidado e confiança investida em mim. Todos foram de suma importância para a efetivação da pesquisa.

REFERÊNCIAS

BAENINGER, R.; PATARRA, N. L. Migrações internacionais, globalização e blocos de integração econômica: Brasil no Mercosul. In: CANALES, A. I. (Org.). **Panorama actual de las migraciones en America Latina**. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2006, v.1, p. 117-138.

FUSCO, W. – **Redes sociais na migração internacional**: O caso de governador valadares, campinas, dissertação de mestrado em sociologia, ifch, unicamp, 2000

_____. Capital social e os fluxos migratórios internacionais de brasileiros. **Travessia** (São Paulo), v. 65, p. 47-58, 2009.

FUSCO, W.; QUEIROZ, S. N. de; BAENINGER, R. Asiáticos nos Estados da Região Nordeste do Brasil: De Onde Vêm? Quantos São? Quem São? In: Maria Luiza S. Santos; Clodoaldo Silva da Anunciação. (Org.). **Migrações e refúgio: identidade economia e legislação em debate**. 1ed. Ilhéus: Editus, 2021, v. 1, p. 129-150.

SOARES, W. Para além da concepção metafórica de redes sociais: fundamentos teóricos da circulação topológica da migração internacional. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. **Anais...**, 13, Ouro Preto, 2002.



PROGRAMAS DE RETORNO ÀS AULAS E FORMAÇÃO DOCENTE: QUAIS AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL NOS MUNICÍPIOS DE PERNAMBUCO, EM TEMPOS DE PANDEMIA?

José Marinho de Souza Neto¹; Patrícia Maria Uchôa Simões²

¹Estudante do Curso de Ciências Sociais.- CFCH/UFPE; e-mail: josemarinhosn@gmail.com

²Pesquisadora da Diretoria de Pesquisas Sociais (CECIM/DIPES);

e-mail: patricia.simoese@fundaj.gov.br

Link no *YouTube*: <https://www.YouTube.com/watch?v=nonKu44Qa4c>

Momento: 04:51:07

RESUMO: O objetivo desta pesquisa foi de analisar as condições de trabalho docente e adequação das aulas remotas na Educação Infantil no ano letivo de 2020. A metodologia utilizada foi qualitativa e quantitativa, utilizou-se a coleta de dados em sites eletrônicos, entrevistas por questionários e semi-estruturada. A análise foi de acordo com os estudos sobre trabalho docente e práticas educativas para o desenvolvimento infantil. Localizamos incoerências nos marcos legais da Educação Infantil durante a pandemia, além da falta de maior apoio e promoção do governo. As estratégias do governo são de cunho gerencialista, com metas descontextualizadas, que exigem das creches e pré-escolas criatividade e investimento de recursos próprios das educadas para alcançar tais metas. Concluímos que as aulas durante o isolamento social por serem consideradas horas aulas letivas, ocasionou a perda da profissionalização docente na Educação Infantil, consequentemente ausentou das crianças o direito à educação de qualidade, bem como o agravamento das condições de trabalho.

Palavras-chave: isolamento social; condições de trabalho; educação infantil.

INTRODUÇÃO

A suspensão das aulas ocasionado pela pandemia de COVID-19, levaram à suspensão das aulas em todos os níveis de ensino e posteriormente todas as redes de ensino foram autorizadas a adotar estratégias de aulas remotas⁹. No entanto, é necessário observar as condições de trabalho e as práticas docentes nestas condições.

Os marcos legais¹⁰ antes da pandemia estão coerentes com os estudos que indicam os caminhos didáticos e avaliativos para o desenvolvimento infantil (CRUZ; CRUZ, 2017; BUSS-SIMÃO; ROCHA, 2017). No entanto, esses estudos foram realizados sobre as aulas presenciais. Foram divulgadas pesquisas sobre as aulas remotas na Educação Infantil, o que mais evidenciaram foram as dificuldades e a inadaptabilidade das aulas remotas na Educação Infantil, dessa forma, os objetivos centraram-se de manter vínculo afetivo (ANJOS; FRANCISCO, 2021; LINS; MESQUITA, 2021; SANTOS; CORREIA, 2021).

Nesse sentido, esta pesquisa teve como objetivo analisar sobre as aulas remotas na Educação Infantil de redes municipais de Pernambuco do ano letivo de 2020, quanto às condições de trabalho docente e a adequação das aulas remotas. A importância dos resultados deste trabalho de pesquisa deve-se à contribuição para a qualidade das políticas educacionais e compreensão do cenário da Educação Infantil durante o período pandêmico.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta é uma pesquisa quantitativa e qualitativa de tipo exploratória. Foram coletados dados de seis sites de secretarias de educação municipais¹¹, envio de questionários online aos profissionais da Educação Infantil, além de uma entrevista semiestruturada a uma docente. Para a análise dos dados das páginas eletrônicas utilizou-se técnicas de análise de Bardin (2016), esses dados foram organizados por eixos temáticos. O questionário foi elaborado com base nas técnicas de análise de Richardson (2012).

⁹ Portaria 343 de 17 de março de 2020, Lei 14.040/2020 e Parecer CNE/CP 05 em 28 de abril de 2020.

¹⁰ A Constituição Brasileira de 1988, a LDB 9.394/96, BNCC de 2021 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI de 2013.

¹¹ Recife, Olinda, Paulista, Goiana, Itapissuma e Cabo de Santo Agostinho.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Os sites das secretarias de educação municipais fornecem material didático para auxiliar as aulas remotas, pois as professoras devem orientar aos pais e responsáveis para que realizem atividades educativas com seus filhos. A partir do conteúdo dos sites, foram categorizados os seguintes eixos temáticos: currículo, onde os conteúdos são coerentes com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil; intermediação, são plataformas utilizadas pelas secretarias que são destinadas tanto às professoras como aos responsáveis das crianças e que fornecem o conteúdo curricular; produção de conteúdos, observa-se quem criou os conteúdos, neste caso, as secretarias e por terceiros, formando uma rede colaborativa de produção de conteúdo educativos.

Foram analisados dados de 44¹² do total de 103 respondentes, a maioria dos respondentes são as professoras. Dentre os participantes do planejamento das aulas remotas estão, na maioria, os profissionais das creches e pré-escolas, a promoção mais expressiva foram cursos de letramento digital. Além disso, não houve muitas avaliações diagnósticas se as famílias possuem acesso a internet para acompanhar as orientações das professoras. Os contatos com os responsáveis das crianças foram mais concretizados por meios remotos e aplicativos de mensagens. Quanto à adequação das aulas houve um empate técnico. O objetivo principal das docentes foi de manter o vínculo afetivo com as crianças e de alguma maneira promover o desenvolvimento infantil. As atividades presenciais que mais foram desempenhadas foram a entregas de cestas básicas/kit merendas, material impresso para atividades educacionais e material impresso sobre cuidados durante a pandemia.

Com a entrevista semiestruturada constatou-se que o ritmo de desenvolvimento é bem mais lento nas aulas remotas, além que dos campos de experiências, o social é o mais prejudicado.

Constata-se então a inadequação das aulas remotas para Educação Infantil, seja pelos esforços das secretarias no apoio com as páginas eletrônicas, seja pela

¹² Belém de Maria, Belo jardim, Bom Conselho, Bom Jardim, Cabo de Santo Agostinho, Garanhuns, Goiana, Jaboatão dos Guararapes, Jaqueira, Jucati, Lagoa de Itaenga, Lagoa do Carro, Limoeiro, Macaparana, Olinda, Ouricuri, Recife, Rio Formoso, São José da Coroa Grande, Sirinhaém, Toritama, Verdejante, Vicência e Vitória de Santo Antão.

ausência de apoio e promoção às condições de trabalho. Caracterizando-se como o novo gerencialismo (HYPOLITO, 2012), onde a máquina pública deve funcionar a troco da criatividade e com recursos próprios das docentes para concretizar as aulas remotas. Os municípios não cumpriram com os marcos legais de ceder recursos para as famílias acompanharem as aulas remotas, a formação continuada docente foi para o uso das novas tecnologias, e não na tentativa de construir plataformas estruturadas para as especificidades das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O poder do novo gerencialismo foi veemente, pois buscou-se a todo custo cumprir o ano letivo de 2020. O papel assistencialista feito pelas creches e pré-escolas e o deslocamento da prática educativa docente para as famílias, configuram na perda da profissionalização docente, ao menos neste momento pandêmico. Além disso, as aulas remotas, como foi concretizado, são inadequadas para a Educação Infantil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Fundação Joaquim Nabuco, ao CNPq pela bolsa de estudos e a orientadora Patrícia Simões.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Cleriston Izidro dos; FRANCISCO, Deise Juliana. **Educação Infantil e Tecnologias Digitais: reflexões em tempos de pandemia**. Zero-a-Seis, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 125-146, jan./jan., 2021. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 1980-4512.

BUSS-SIMÃO, Márcia; ROCHA, Eloisa Acires Candal. Nota crítica sobre a composição de pedagogias para a educação infantil. in: CARVALHO, Rodrigo S.; FOCHI, Paulo S.. **Pedagogia do Cotidiano na (e da) Educação Infantil**. Em Aberto, Brasília, v. 30, n. 100, p. 1-192, set./dez. 2017

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

HYPOLITO, Álvaro Moreira; VIEIRA, Jarbas dos Santos; LEITE, Maria Cecília Lorea. **Currículo, Gestão e Trabalho Docente**. Revista e-curriculum, São Paulo, v.8 n.2 AGOSTO 2012

LINS, Graça; MESQUITA, Deyse. **Ensino Remoto Durante a Pandemia na Primeira Infância**: uma experiência na creche municipal ame as crianças, no município do Recife. Video (67 min). Disponível em: <<https://www.YouTube.com/watch?v=6VzI0ZILVs0&t=3174s>>. Acesso em: 30 de novembro de 2020.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2012.

RIBEIRO, Marden de Pádua; CLÍMACO, Fernanda Câmpora. **Impactos da Pandemia na Educação Infantil**: a pandemia acelerou a necessidade de se problematizar a questão digital na educação infantil?. *Pedagogia em Ação*, Belo Horizonte, v. 13, n. 1 (1 sem. 2020) – ISSN 2175 – 7003.

SANTOS, Joedson Brito dos; CORREIA, Maria Aparecida Antero. **Políticas Públicas de Educação Infantil em Contexto de Pandemia**: considerações a partir da realidade de Brasil e Itália. *Zero-a-Seis*, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 195-220, jan./jan., 2021. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 1980-4512.



PROCOLOS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA EM TEMPOS DE PANDEMIA E A ESPECIFICIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Renata Patrícia Jorge dos Santos Barbosa¹; Juceli Bengert Lima²

¹Estudante do Curso de Pedagogia - FAFIRE; e-mail: renatapjsantos@hotmail.com

²Pesquisadora da Diretoria de Pesquisas Sociais (CECIM/DIPES); e-mail: juceli.bengert@fundaj.gov.br

Link no *YouTube*: <https://www.YouTube.com/watch?v=nonKu44Qa4c>

Momento: 05:12:18

RESUMO: Este estudo tem como objetivo analisar, a partir dos protocolos e documentos elaborados para o enfrentamento da Covid 19, como são tratadas as especificidades da Educação Infantil, à luz da legislação vigente, literatura e documentos publicados para a garantia dos direitos das crianças ao acesso, com segurança e qualidade, identificar e categorizar os protocolos publicados no período pandêmico para a Educação Básica, com o olhar sobre a Educação Infantil. O estudo foi realizado a partir do levantamento bibliográfico da temática, além da análise dos documentos, que foram categorizados na perspectiva de Bardin (2016), onde foi possível identificar que ainda há pouco material científico publicado no que tange ao contexto da Educação Infantil neste período. Por outro lado, os textos aqui estudados levam em conta todos os direitos conquistados a respeito desta etapa da educação. Partindo da interface entre todos os analisados, identificamos que aqueles que foram pensados de forma participativa, com a colaboração da comunidade envolvida, com pesquisadoras e profissionais de Educação Infantil, mostram-se com o olhar mais amplo e contextualizado às realidades vividas nas creches e nas escolas de crianças de 4 e 5 anos, levando em consideração todos os sujeitos envolvidos nesta etapa da educação, assim como as suas particularidades.

Palavras-chave: Covid 19; Educação Infantil; Protocolos de convivência.

INTRODUÇÃO

No campo das concepções sociológicas a respeito da infância, a partir de Ariès, em sua obra *História Social da Infância e da Família* (1978), é possível repensar o olhar sobre a infância, do equivocado “vir a ser”, ou período de transição para a vida adulta caracterizada pela incapacidade e dependência, para a compreensão desta como uma categoria social. Os Marcos Legais das infâncias, no Brasil e no mundo, têm contribuído para normatizar este novo olhar sobre as crianças, sobretudo as de zero a cinco anos, que compõem a Educação Infantil.

É importante ressaltar que a Educação Infantil não é uma etapa preparatória para o Ensino Fundamental, e aqui nos propomos também a repensar o termo “pré-escola”, já que os referenciais teóricos e os Marcos Legais que nos fundamentamos definem a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica, não sendo apenas uma passagem de acesso à mesma.

O olhar sobre as infâncias precisa abarcar todas as suas pluralidades, portanto trataremos das infâncias no plural, as compreendendo como uma categoria social, sendo fundamental considerar as suas singularidades, pluralidades e contextos que são transpassados por tantas outras questões sociais, tais como classe, raça, etnia, gênero. Dessa forma, é fundamental conceber a prática educativa “como atividade inseparável da prática social” (LIBANEO, 2012, P. 130)

A partir da década de 80 pudemos observar muitos avanços na legislação no que se refere à Educação Infantil. A Constituição Federal de 1988 garantiu este direito à criança, que foi reafirmado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 e pela Lei de Diretrizes e Bases, de 1996, que insere essa etapa do ensino na educação básica. E em seu Artigo 11º, determinou que a responsabilidade pela oferta de Educação Infantil é dos municípios.

Nesse sentido, uma série de documentos oficiais foram publicados pelo Ministério da Educação para subsidiar os municípios e instituições sobre os padrões de qualidade para o atendimento desta etapa da educação básica.

Na contramão de todas as conquistas, em meio ao panorama desfavorável e a todos os retrocessos que a educação vem sofrendo desde 2017, após o golpe parlamentar ao governo da presidente Dilma Rousseff, fomos surpreendidos pela COVID-19, declarada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde, em 11 de

março de 2020. Para contê-la, a OMS recomenda três ações básicas: isolamento e tratamento dos casos identificados, testes massivos e distanciamento social.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo foi realizado em duas fases:

- 1) Levantamento bibliográfico e documental das temáticas;
- 2) A construção dos dados se deu a partir da análise de conteúdo, na perspectiva de Bardin (2016), quando serão constituídas categorias teóricas de análise. Por exemplo: foi construído coletivamente; respeita os direitos das crianças; respeita os direitos docentes; prioriza a saúde da criança, propõe o ensino remoto; está em conformidade com a legislação e referenciais teóricos para a Educação Infantil e etc.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Cruz (2020) destaca dois pontos a serem repensados no contexto atual, “O planejamento e implantação de políticas públicas, envolvendo e comprometendo os diferentes níveis municipal, estadual e federal” e a “necessidade de uma atuação intersetorial”. A autora destaca a pontualidade da importância das cooperações federais aos municípios, essas geralmente “associadas à política de governo” Cruz (2020), assim como a complexidade do trabalho interccional no contexto brasileiro já que este, exige a delimitação das interfaces entre diversas áreas sociais e da exegese das atuações entre tais. O contexto pandêmico só evidencia as ações desintegradas que a Educação Infantil vem vivenciando desde sua criação, ainda enquanto assistência social. Aqui e na pesquisa como um todo, é imprescindível quebrar as barreiras do epistemológico e levar em consideração as realidades sociais.

Foram analisados seis documentos, publicados pelas entidades MIEIB, Undime, Undime/PE, Conselho Nacional de Educação, Lei 14.040/2020 e MEC, abaixo listados:

- ✓ Parecer CNE/CP nº 005, de 28 de abril de 2020;
- ✓ Lei Nº 14.040, de 18 de agosto de 2020;
- ✓ Diretrizes para o debate sobre as condições de retomada das experiências interativas no contexto da Educação Infantil, MIEIB, 2021;

- ✓ Subsídios para a Elaboração de Protocolos de Retorno às Aulas na Perspectiva das Redes Municipais de Educação, Undime, 2020;
- ✓ Educação em tempos de pandemia: orientações pedagógicas aos Municípios, Undime PE, 2020; e
- ✓ Guia de Implementação de Protocolos de Retorno das Atividades Presenciais nas Escolas de Educação Básica, MEC, 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise dos documentos é possível refletir sobre a importância da participação pública na construção de documentos e diretrizes para a Educação, sobretudo Educação Infantil. Partindo da interface entre todos os analisados, identificamos que os documentos que foram pensados de forma participativa, com a colaboração da comunidade envolvida, com pesquisadoras e profissionais de Educação Infantil, mostram-se com o olhar mais amplo e contextualizado às realidades vividas nas creches e nas escolas de crianças de 4 e 5 anos, levando em consideração todos os sujeitos envolvidos nesta etapa da educação, assim como as suas particularidades, propondo o olhar para a criança pequena de forma integral, a fim de promover o desenvolvimento físico, emocional e cognitivo a partir de vivências lúdicas, com base nas brincadeiras e nas interações, estando alinhados aos referenciais que regem a Educação Infantil e às pesquisas e estudos que focalizam a criança pequena.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Juceli Bengert Lima, minha orientadora, pela paciência, pela compreensão, mas sobretudo por todo ensinamento atencioso e amoroso ao longo dos dois últimos anos. Tudo que aprendi sobre Pesquisa é fruto do que compartilhamos, construímos e dialogamos. Agradeço à Patrícia Simões que me abriu as portas da pesquisa científica. Ao PIBIC da FUNDAJ pelo Programa de Pesquisa. À minha família por tanto.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266. Acesso em: 16 ago. 2021.

BRASIL. **LEI Nº 14.040, DE 18 DE AGOSTO DE 2020**. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14040.htm. Acesso em: 16 ago. 2021.

CRUZ, Silvia Helena Vieira; MARTINS, Cristiane Amorim. A educação infantil e demandas postas pela pandemia: intersetorialidade, identidade e condições para o retorno às atividades presenciais. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 147-174, jan./jan., 2021. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/79003/45379>. Acesso em 31. mai. 2021

LIBÂNEO. José Carlos. **Democratização da escola pública**. A pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Edições Loyola, 2012.



PANDEMIA DA COVID-19 E INICIATIVAS DE INOVAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE CONTRIBUIÇÕES PARA PROGRAMAS SOCIAIS

Higor Araujo de Almeida¹; Carolina Beltrão de Medeiros²

¹Estudante do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE; e-mail: higor.aa0@gmail.com

²Pesquisadora da Diretoria de Pesquisas Sociais (NISP/DIPES); e-mail: carolina.medeiros@fundaj.gov.br

Link no *YouTube*: <https://www.YouTube.com/watch?v=nonKu44Qa4c>
Momento: 05:29:20

RESUMO: Com os impactos da pandemia da COVID-19, refletidos em um crescente índice de desigualdade social no Brasil, identificou-se um crescimento de iniciativas alternativas que buscaram responder demandas coletivas urgentes. Diante de ações com potencial de inovação social, propõe-se identificar quais as contribuições das iniciativas de inovação social para o aperfeiçoamento / formulação de políticas públicas durante a pandemia no Brasil. A pesquisa tem abordagem qualitativa, de caráter descritivo, e realizou um levantamento de dados a partir de levantamento bibliográfico e da análise de dados de bases secundárias, como sites do Governo Federal, instituições científicas, além de sites de demais grupos da sociedade civil. As iniciativas apresentadas pela comunidade de Paraisópolis e do Complexo da Maré indicam potencial para contribuir com políticas públicas federais, mas a integração destas iniciativas em modelos institucionalizados precisa ser acompanhada frente ao interesse de aplicação destas ações pelo Governo Federal.

Palavras-chave: COVID-19; inovação social; políticas públicas.

INTRODUÇÃO

O primeiro caso registrado do Novo Coronavírus ocorreu no Brasil em fevereiro de 2020, seguido por casos esporádicos em vários estados do país (BRASIL, s.d.a.). Nos meses posteriores, diversas medidas foram adotadas de forma autônoma pelos estados para que houvesse a contenção do avanço do vírus. Com o decorrer do ano, o cenário se tornou mais crítico por conta da grande pressão do setor econômico pela movimentação do mercado, pelo relaxamento e/ou não adesão no cumprimento de medidas protetivas, e também pelo surgimento de novas variantes do vírus, que promoveram maior risco de contágio e mortalidade na população, assim como uma maior tensão no sistema de saúde público e privado (LIMA *et al.*, 2020).

Medidas alternativas foram iniciadas pela sociedade civil, na busca de solucionar demandas dos indivíduos que lidavam com o “novo normal”, a assim chamada convivência cotidiana com o vírus. Com o passar do tempo e surgimento de novas necessidades que acompanhavam os elevados números de novos casos e óbitos da COVID-19, essas iniciativas ganharam espaço, possibilitando uma discussão sobre o aperfeiçoamento e/ou a expansão de programas institucionalizados de caráter local, estadual ou federal, podendo caracterizar estas ações como iniciativas de inovação social.

As principais características de inovação social se baseiam em processos de articulação adaptativa, que apresentam uma novidade na resolução de problemas sociais não respondidos nem pelo Estado e nem pelo mercado, além de projetar a prática social por meio do aproveitamento participativo dos protagonistas sociais, e também de recursos de governança e de empoderamento destes sujeitos, mobilizando uma capacidade de mudanças sociais duradouras (MULGAN, 2006). A elaboração de políticas públicas coadunadas a iniciativas de inovação social pode criar maior legitimidade democrática e precisão das ações federais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, com uma análise de caráter descritivo, realizando um levantamento de dados a partir de levantamento

bibliográfico e de análise de dados de bases secundárias, provenientes de fontes como sites do Governo Federal referentes à programas sociais, sites de instituições científicas como a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, além de sites de Organizações Não-Governamentais e demais grupos e associações da sociedade civil com caráter social, além de suas respectivas redes sociais.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Entre as estratégias propostas pela sociedade civil durante a pandemia da COVID-19 no Brasil a fim de gerir as crises agravadas pela pandemia, destacam-se os exemplos de mobilização social e com potencial de características de inovação social da comunidade de Paraisópolis, em São Paulo, e o projeto em parceria da FIOCRUZ com moradores do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro.

Exemplos de iniciativas como estas têm se multiplicado pelo Brasil, podendo criar redes de conexão entre a população e o Estado. Ademais, iniciativas com alto potencial de expansão e que são endossadas nesta relação contributiva entre sociedade-Estado, podem alavancar a formulação de políticas públicas e/ou programas sociais, podendo contribuir não somente o bem-estar social como também a participação direta dos atores sociais nos processos político-constructivos propostos.

De curto a médio prazo, recomenda-se que os protocolos de combate à pandemia do Novo Coronavírus sejam mantidos, guiando-se não somente com o intuito de redução somente das taxas de infectados e mortos, mas também das diminuições das consequências sofridas pelos que são afetados indiretamente pelos aspectos de caráter social, econômico e político da pandemia. O Observatório de Políticas Públicas no Contexto do COVID-19 (2021) da UnB recomenda que as políticas aplicadas no atual contexto tenham como base a necessidade de enfatizar informações sobre como ocorre a contaminação, sobre a importância de cumprir com as medidas sanitárias devidas, além de promover um suporte social para a população em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

É possível constatar que as estratégias propostas pela sociedade civil a fim de gerir as crises acompanhadas pela pandemia e alcançar a resolução de seus

problemas seguem em constantes mudanças e processos de adaptação. Como propõe o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, “há o reconhecimento de que a saída da crise sanitária, econômica e social provocada pela COVID-19 vai depender fortemente da capacidade de produção de conhecimento e de novas tecnologias” (NEGRI; KOELLER, p.07, 2020). A consolidação, o uso estendido dessas ações, suas futuras adaptações ou deposições são aspectos a serem observados enquanto o cenário é prolongado com o crescimento de casos mundiais da COVID-19 e de mutações do vírus, além da perduração de instabilidades sociopolíticas e socioeconômicas de médio a longo prazo. Se as mudanças perdurarão e/ou se transformarão em novos modelos de atuação diante das demandas sociais, é um aspecto que precisa ser observado, principalmente no que tange à integração das gestões governamentais (MEDEIROS, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de soluções e estratégias para o enfrentamento de problemas sociais e para que se alcance um bem-estar social são características que coadunam as práticas de inovação social e o desenvolvimento de políticas públicas, que ao serem propostas em comum funcionamento podem gerar respostas diretas e indiretas para a sociedade em geral.

As iniciativas de inovação social, geralmente, ao partirem da busca de resoluções de questões em territórios e domínios em que o Estado ainda não alcança de forma efetiva e centralizada, podem, por meio de parcerias e redes, serem engendradas em políticas públicas que possuem uma maior estruturação para potencializar seus intuitos e seus alcances.

Diante do contexto da pandemia do Novo Coronavírus no Brasil, o crescimento de iniciativas sociais e iniciativas de inovação social pode ser acompanhado com o decorrer do cenário em que os impactos da pandemia criam demandas socioeconômicas que se aproximam de questões básicas de subsistência. Com a contribuição das iniciativas de inovação social atualmente tendo como foco a melhoria do bem-estar social, em um processo de participação de atores sociais que ao mesmo tempo são agentes e beneficiários, entende-se que o surgimento de

ações federais que contribuam com a legitimação destas práticas seja maior do que o contínuo surgimento de problemas enfrentados pela sociedade civil diante do contexto pandêmico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à instituição Fundação Joaquim Nabuco pela oportunidade de integrar o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, assim como à minha orientadora de pesquisa, Carolina Beltrão de Medeiros, por todo incentivo e dedicação na constante melhoria deste trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Covid-19 no Brasil**. Disponível em: <https://susanalitico.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html> Acesso em 10 fev 2021.

LIMA, L. D.; PEREIRA, A. M. M.; MACHADO, C. V. Crise, condicionantes e desafios de coordenação do Estado federativo brasileiro no contexto da COVID-19. In: **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, 24 jul. 2020.

MEDEIROS, C.B. Expansão de iniciativas de inovação social: uma proposição adaptativa para análise de percursos. **Tese** (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2018.

MULGAN, G. **The Process of Social Innovation**. **Innovations: Technology, Governance, Globalization**, v. 1, n. 2, p. 145–162, 1 abr. 2006.

NEGRI, F.; KOELLER, P. **Nota Técnica n. 64** (Diset) : Políticas públicas para pesquisa e inovação em face da crise da Covid-19. Brasília: IPEA, 2020.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DO COVID-19 - O2P-COVID 19. **Nota técnica n. 14** (COES – UnB). Análise semanal (14/julho a 20/julho) da situação epidemiológica da covid-19 no Distrito Federal. Publicado em 21 jul 2021: Brasília. Disponível em: < http://repositoriocovid19.unb.br/wp-content/uploads/2021/07/unb_campanha_timbrado_nota_14_Coes.pdf> Acesso 21 jul 2021



PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU/PE – MUDANÇAS SOCIOECOLÓGICAS COMO ESTRATÉGIA DE ABORDAGEM NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Mateus Santos Ferraz¹; Edneida Rabêlo Cavalcanti²

¹Estudante do Curso de História/Licenciatura - CFCH/UFPE; e-mail: mateussantosferraz@gmail.com

²Pesquisadora da Diretoria de Pesquisas Sociais (CECIM/DIPES); e-mail:

edneida.cavalcanti@fundaj.gov.br

Link no *YouTube*: <https://www.YouTube.com/watch?v=nonKu44Qa4c>

Momento: 05:47:21

RESUMO: Os objetivos deste subprojeto são: a identificação das mudanças sociais, econômicas e ambientais na região do Parque Nacional do Catimbau, para o qual fizemos uma revisão da literatura. A análise da ambientalização do conteúdo de História na Educação básica e da presença da História nos documentos que sustentam a Educação Ambiental (EA), para a qual fizemos uma análise de conteúdo dos documentos levantados. Neste objetivo, a documentação do ensino de História, apresenta pouca presença do ambiente, e quando há, ocorre de forma pouco integrada ao conteúdo. Para a EA, a presença da História é pouco discutida e só é aberta em discussões de interdisciplinaridade. Por fim, temos a análise de como a dimensão histórico-temporal e ambiental são trabalhadas por professores de Ciências Humanas de Buíque, para o qual fizemos um formulário para os professores da rede pública. O formulário indica que o encontro entre a paisagem do Parque e História existe, apesar de não ser entendido enquanto EA. Há, portanto, uma falta de integralização no plano institucional de conteúdo, que aparenta reverberar na concepção dos próprios professores em não enxergar seu potencial enquanto educadores ambientais. A explicitação de suas interligações e potencialidades pode ajudar bastante a educação histórica e ambiental.

Palavras-chave: Ambientalização; Educação Ambiental; História Ambiental.

INTRODUÇÃO

O subprojeto tem como objetivo geral compreender se e como as mudanças socioecológicas ocorridas no Parna Catimbau e seu entorno, foram trabalhadas nos processos de Educação Ambiental. Nossos objetivos específicos seguiram a identificação das mudanças sociais, econômicas e ambientais na zona de amortecimento do Parna; a análise da ambientalização do conteúdo de História na Educação básica e da presença da História nos documentos que sustentam a Educação Ambiental (EA); e a análise de como a dimensão histórico-temporal e ambiental são trabalhadas por professores de Ciências Humanas de Buíque.

A História Ambiental (HA) e a Educação Ambiental (EA) são dois campos do conhecimento que possuem grande potencial para serem trabalhados juntos. Entendemos que a HA poder articular os processos sociais, ambientais e a memória social, contribuindo para trazer inovações e permitindo historicizar as dinâmicas ambientais. A EA, de caráter interdisciplinar e crítico, insere a dimensão ambiental nos processos educadores e constrói novos paradigmas na relação sociedade natureza.

Os sistemas socioecológicos dizem respeito a integração entre os sistemas socioeconômicos e biofísicos. Também permite pensar a incorporação da perspectiva de incerteza, que nos permite compreender melhor a importância da conservação da natureza e do desenvolvimento dos ecossistemas

Neste sentido, nos indagamos acerca das possibilidades que existem para o diálogo entre a HA e a EA. A ambientalização diz respeito à entrada da problemática ambiental na escola. Ela deve ser entendida em seu caráter estrutural, de ação institucional, e não apenas de práticas individuais (CARVALHO; TONIAL, 2010). Por isso levamos em consideração as bases legais para pensar a entrada do ambiente na História.

Ao mesmo tempo, buscamos entender a abertura para a História, e a utilização pedagógica de processos históricos em documentos que dão suporte à EA, articulada com o tema das Áreas Protegidas. Assim, fizemos uma análise do conteúdo histórico em documentos de EA.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo acerca da ambientalização levou em conta oito documentos da educação básica, com ênfase em História e Ciências Humanas¹³. Para o estudo da História na EA, analisamos seis documentos¹⁴. A metodologia seguiu a identificação de conceitos ambientais ou históricos mobilizados nos documentos.

Consideramos aspectos como sendo “ambientais” quando são mencionados conceitos como “natureza”, “socioambiental”, “ambiente” e/ou a relação de elementos humanos com estes conceitos. De forma geral, qualquer aspecto que não seja considerado estritamente humano em sua conceituação, e em relação com o mundo social. Consideramos como “dimensão histórica” quando existem elementos que se configuram enquanto acontecimentos históricos, menções diretas à historicidade e compreensão do caráter de mudanças dos sistemas socioecológicos, numa perspectiva pedagógica.

Para o terceiro objetivo, devido às condições da pandemia, fizemos um formulário digital para professores de Ciências Humanas da rede pública de Buíque. O formulário foi pensado a partir de questões levantadas pela leitura da documentação e da literatura da EA e da HA. A análise seguiu a identificação das possibilidades desses professores para atuar enquanto educadores ambientais tendo em vista a História de Buíque.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

A região do Parna é identificada como um local diferenciado em relação a outros na Caatinga, sendo historicamente mais úmida. Os vestígios de vida humanas, datados de pelo menos 4851 anos AP, indicam uma presença forte e contínua no território. No período de colonização, a região tem os primeiros registros para o

¹³ Os documentos foram: Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Bases Legais para os Parâmetros Curriculares Nacionais (Contém as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio); Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCN); Orientações para os PCN do Ensino Médio; as três versões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Parâmetros Curriculares Estaduais de Pernambuco.

¹⁴ Política Nacional de Educação Ambiental; Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA); Política Estadual de Educação Ambiental de Pernambuco (PEAPE); Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental; Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental.

estabelecimento de sesmarias nos campos de Buíque, nos séculos XVII e XVIII, para a extração de salitre. Neste período também há a implantação de aldeamentos indígenas, que posteriormente formarão a atual população indígena Kapinawá. Atualmente, as mudanças no uso da terra, com a substituição da Caatinga por pastagem, o sobrepastoreio e práticas de irrigação inadequada, são causas do processo de desertificação, e os três municípios que compõe o Parna apresentam suscetibilidade ao processo, em graus variados.

Em relação à ambientalização do conteúdo de História, a maioria dos documentos não dialoga com o ambiente. Encontramos aberturas nas discussões sobre o tempo ou as relações entre a História e a Geografia. A Base Nacional Comum Curricular se destaca. Nela, há uma ambientalização maior na segunda e terceira versão, do que na primeira, sendo a terceira a mais compreensiva. Porém, há uma disparidade muito grande entre os anos finais e iniciais do Ensino Fundamental. Por isto, a ambientalização do conteúdo é pouco integrada ao currículo, sendo mal distribuída.

Já sobre a abertura para a História na Educação Ambiental, identificamos que embora haja menção à História e a historicidade das questões ambientais em cada documento analisado, a sua presença é de forma pontual e pouco explícita. Dessa forma, a abertura para uma análise histórica das questões ambientais no contexto da Educação Ambiental ocorre sobretudo por vias indiretas, a partir das discussões de interdisciplinaridade e da memória social.

Quatro professores responderam o formulário. Dois formados em História, outro em filosofia, que davam aulas de História e outras matérias. E um professor de Geografia dava aulas apenas de Geografia. Apesar de os professores indicarem uma abertura a trabalhar temas e metodologias fora das determinações oficiais, os professores de História dizem que não trabalham com a educação ambiental. No entanto, todos os professores afirmam que o Parna aparece em suas aulas, sobretudo no contexto da “Pré-História”, ou seja, a região não aparece num contexto ambiental. Assim, o estudo acerca do Parna não é entendido como EA. Isto indica a concepção da EA num sentido mais biologizante, pelo menos nos professores de História. No professor de Geografia, o Parna aparece mais focado na geografia física.

A maioria dos professores também não aponta sua formação nas Ciências Humanas como contribuinte para a EA. Ainda devemos destacar que as propostas interdisciplinares nas escolas não apresentam o diálogo entre a História e a EA, este que seria uma das poucas aberturas que a documentação educacional dá para este diálogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do estudo permitem avaliar que não há integralização entre a História e Ciências Humanas e a Educação Ambiental. Esta falta de diálogo pode dificultar o trabalho de professores para realizar trabalhos interdisciplinares, como identificamos no caso de Buíque. Sem recomendações oficiais, o potencial educativo do encontro entre a História e a Educação Ambiental pode ser perdido.

Isto é visível pelos resultados do formulário, onde identificamos que o trabalho de EA para os professores de História não é bem difundido. Além disso, de acordo com nosso objetivo, os professores de História de Buíque não discutem as mudanças socioecológicas da região. Mesmo havendo um diálogo com as áreas protegidas em suas aulas, os professores de História não enxergam seu potencial para a EA. Explicitar esta ligação poderia render uma reformulação frutífera, tanto para a educação histórica, quanto a ambiental.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao CNPq pelo auxílio à pesquisa, à Fundaj pela oportunidade no programa Pibic, e à minha orientadora, Edneida Cavalcanti. Sou grato à minha família, amigos e à minha companheira, Mariana, pelo apoio.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Isabel. TONIOL, Rodrigo. Ambientalização, cultura e educação: diálogos, traduções e inteligibilidades possíveis desde um estudo antropológico da educação ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. v. especial, setembro, p. 28-39. 2010.



PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO ENSINO MÉDIO E LABORATÓRIO DE SOCIOLOGIA (SOCIOLAB) - PIBIC/FUNDAJ/CNPq

Link no *YouTube*: <https://www.YouTube.com/watch?v=nonKu44Qa4c>
Momento: 00:01:05

O Programa de Iniciação Científica do Ensino Médio (Pibic EM) faz parte do projeto de pesquisa e extensão “Laboratório de Sociologia” (SocioLab) e tem como objetivo a iniciação à pesquisa no Ensino Médio na área de Ciências Sociais, com atividades que promovem o estudo e uso de metodologias de pesquisas qualitativas e quantitativas, bem como aprendizagens diversas no uso de vários recursos que possibilitem o melhor desenvolvimento e compreensão do objeto de estudo no desenvolvimento de pesquisas a partir de projetos temáticos de interesse dos estudantes na área de Ciências Sociais.

O Pibic Ensino Médio faz seleção pública em edital específico para estudantes do Ensino Médio de escolas públicas e tem financiamento de bolsas de iniciação científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por um período de 12 (doze) meses para os estudantes selecionados para a iniciação à pesquisa em Sociologia. Os estudantes são orientados por pesquisadores da Fundação Joaquim Nabuco, também selecionados em edital específico de seleção pública a cada ano, e conta ainda com o apoio técnico do Laboratório de Sociologia em parceria com a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe).

No período de setembro de 2020 até agosto de 2021 desenvolvemos pesquisas no contexto da Pandemia de Covid 19 - a maior crise sanitária do século 21. A quarta edição do Programa de Iniciação Científica do Ensino Médio da Fundaj/CNPq foi realizada com estudantes da Escola de Referência do Ensino Médio Professor Cândido Duarte no formato remoto na plataforma Google Meet. O projeto desenvolvido foi intitulado “Desigualdades Sociais em Tempo de Pandemia” e foi

vivenciado a partir de dois subprojetos, sendo um sobre as Narrativas dos Estudantes do Programa PIBIC Ensino Médio sobre as suas vivências no contexto da pandemia, e o outro no contexto mais amplo de pesquisa, onde todos os estudantes do Ensino Médio da referida escola responderam a um questionário organizado a partir de 6 categorias cujo tema foi “Pandemia e Educação: a visão dos estudantes”. O objetivo das pesquisas foi analisar como os estudantes de uma escola pública de ensino médio compreendem esse momento que aprofunda as desigualdades sociais e os impactos causados pela crise sanitária em suas vidas.

Neste espaço, compartilhamos as produções científicas da pesquisa do PIBIC/EM (2020/2021) no site: <https://sociolabfundaj.wixsite.com/pibicfundaj4ed>

Equipe 2020/2001 – Pibic EM

Estudantes:

Débora de Freitas Cândida da Silva, Nayara Letícia Silva de Lima, Vagner Souza da Silva, Pedro Rodrigues Silva Xavier, Luiz Eduardo Batista de Lima Soares e Bruna Rosane da Silva Ferreira.

Pesquisadores(as):

Ana Sousa Abranches, Alexandre Zarias, Allan Monteiro, Darcilene Gomes, Pedro Castelo Branco e Túlio Velho Barreto

Colaboradoras - Equipe multiHlab:

Jéssika Miranda

Rosilene Silva

Apoio Técnico - Estagiário Fundaj:

Pedro Cavalcante

